



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**NARLON COSTA MAURICIO**

**UM ESTUDO SOBRE FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA  
ESCOLA GRACINDA PERES, VILA SÃO BENEDITO-CAMETÁ/PA**

**CAMETÁ-PA**

**2019**

**NARLON COSTA MAURICIO**

**UM ESTUDO SOBRE FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA  
ESCOLA GRACINDA PERES, VILA SÃO BENEDITO-CAMETÁ/PA**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a  
Faculdade de História/UFPA-Campus Universitário do  
Tocantins, como um dos pré-requisitos para a obtenção do  
grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação  
da professora Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto**

**CAMETÁ-PA**

**2019**

**NARLON COSTA MAURICIO**

**UM ESTUDO SOBRE FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA  
ESCOLA GRACINDA PERES, VILA SÃO BENEDITO-CAMETÁ/PA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto**  
**Orientadora**

---

**Prof. Mestre João Paulo Alves Costa**  
**Membro da Banca**

---

**Prof.<sup>a</sup> Susana Braga de Souza**  
**Membro da Banca**

**CAMETÁ-PA**

**2019**

Dedico aos meus queridos pais, José Natal Vasconcelos Mauricio e Arlene Lobo Costa, que nunca mediram esforços no sentido de ver o meu sucesso acadêmico.

*“Nem todo o negro é quilombola e nem todo o quilombola é negro.”*

(ADQ- Associação de Discente Quilombola-Cametá)

## AGRADECIMENTOS

Este momento do trabalho é sempre complicado, pelo fato, indubitável, de sempre nos esquecermos de agradecer alguém. Entretanto, o exercício de lembrar as principais pessoas (família, amigos, informantes, colegas de trabalho, dentre outros) que de alguma forma contribuíram com o seu trabalho é mais importante, do que o risco de esquecer alguém e/o deixá-lo de fora.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao grande criador do universo, o Senhor Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Agradecer também aos meus queridos e amados pais, José Natal Vasconcelos Mauricio e Arlene Lobo Costa, por seus esforços e dedicação e, acima de tudo, por acreditarem em mim, por apostarem suas fichas no meu sucesso. Pai, sua simplicidade e perseverança é um exemplo para mim. Mãe, sua dedicação, companheirismo e amor à família é insubstituível. A vocês o meu eterno obrigado.

É com muito prazer e satisfação que agradeço a minha orientadora Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto, não somente pelas valiosas e imprescindíveis contribuições ao trabalho, mas pelos aprendizados profissionais. E ainda pelo compromisso ético com a pesquisa e rigor científico que muito me ajudaram a compreender os caminhos e particularidades do mundo acadêmico.

Gratidão as minhas irmãs, Natalia Costa Mauricio e Narlene Costa Mauricio, incentivadoras e propulsoras da minha trajetória acadêmica. Obrigada por tudo.

A minha companheira Thais Suane Carvalho, agradeço pela ajuda, por todo o apoio ao longo desses 4 anos de curso e, principalmente, por se manter ao meu lado, apesar da distância. Ao meu eterno e amado filho Nicolas da Silva Mauricio, seu carinho e amor me fortalecem.

Externo os agradecimentos do fundo do meu coração a todos os moradores da minha comunidade, a Vila Moiraba (São Benedito), principalmente aos que participaram como entrevistados, por toda colaboração, compreensão, apoio, torcida e incentivo. Que se transformaram em força de vontade para superar as dificuldades durante o curso de História e me impulsionaram a produzir este trabalho de conclusão de curso, que traduz os ecos de lutas e resistências da minha, e da nossa ancestralidade. Minha eterna gratidão a todos e todas!

A todos os meus colegas de Graduação do Curso de História, turma 2016, meu muito obrigado pela convivência e partilha de conhecimentos durante estes quatro anos de curso na UFPA. Especialmente ao André Almeida, ao João Jeferson, à Lucimare Tenório, ao Renato

Pantoja e à Isis Keyla, pela amizade que construímos e ao longo nossa trajetória tornou o estudo muito prazeroso e profícuo. Obrigado pelas gargalhadas e pelas diversas discussões. “É nós galera!”

Não posso deixar de agradecer a todos os professores do curso de História da Universidade Federal do Pará - Campus de Cametá pelos conhecimentos transmitidos e saberes partilhados. Obrigado.

Enfim, estendo meus agradecimentos a todos aqueles que de direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste sonho. Meu muito obrigado!

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar como a Escola Gracinda Peres da Comunidade Remanescente de Quilombo de São Benedito (Vila de Moiraba), no Município de Cametá, nordeste do estado do Pará, vem contribuindo para a valorização cultural e afirmação da identidade negra dos seus alunos, na intenção de compreender como a identidade quilombola é vista pelos moradores e alunos da referida vila. Para tanto, busca-se auxílio teórico-metodológico nos estudos de HALL (1997), HALBWACHS (1990), GOHN (2008), PINTO (1999, 2004, 2010), ALMEIDA (2011), entre outros que ajudam na composição das análises do estudo. Assim como também, se realiza pesquisa de campo, através da observação em lócus, na escola e na comunidade para obter informações, através de entrevistas com funcionários, professores, alunos e moradores da Vila, na intenção de refletir acerca do que pensam a respeito da identidade quilombola. Além da utilização de documentos escritos disponibilizados pelos responsáveis pela Associação de Moradores e Agricultores Remanescente do Quilombo de São Benedito, documentos dos arquivos da escola Gracinda Peres e fontes imagéticas, feitas no decorrer da pesquisa e encontradas nos acervos familiares. Dados da pesquisa apontam que a localidade em estudo ainda enfrenta muitas dificuldades no que se refere ao reconhecimento de identidade quilombola. Entretanto, percebe-se a preocupação neste sentido por parte da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombo São Benedito, que já vêm atuando com diversos mecanismos para conscientização dos moradores, através de realização de palestras e cursos no que se refere à História e cultura Afro-Brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Quilombola, Valorização Cultural, Identidade

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>INDÍCIOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE SÃO</b>	
<b>BENEDITO.....</b>	<b>15</b>
1.1 NOS RASTROS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE SÃO	
BENEDITO.....	15
1.2 HISTÓRIAS DA COMUNIDADE: CASA GRANDE DA FAMÍLIA COTTA: ESPAÇO	
DOS BRANCOS E DOS NEGROS.....	16
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>ASPECTOS SOCIO-HISTORICA DA COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO.....</b>	<b>21</b>
2.1. TRAÇOS CULTURAIS E INFLUENCIAS RELIGIOSAS.....	21
2.3 APRESENTAÇÕES E DANÇAS.....	26
2.4 ESPORTE: TIME DO BANGÚ E “CRIAÇÃO DE NOVOS CLUBES.....	27
2.5 VIVÊNCIAS, SABERES E COSTUMES: A ARTE DE CURAS DE PAJÉS E	
PARTEIRAS NA COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO.....	28
2.6 A VIDA NO CAMPO: QUESTÕES TERRITORIAL E SISTEMA DE PRODUÇÃO....	29
2.7 QUESTÃO PRODUTIVA: MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA E SISTEMA DE	
PRODUÇÃO.....	31
2.8 MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSOCIAÇÕES COMUNIDADE DE VILA SÃO	
BENEDITO.....	33
<b>CAPITULO III</b>	
<b>A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA: ESCOLA GRACINDA</b>	
<b>PERES VILA DE SÃO BENEDITO.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA GRACINDA PERES.....</b>	<b>35</b>
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA GRACINDA PERES.....	36
3.3 FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE	
SÃO BENEDITO.....	39
3.4 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA GRACINDA PERES.....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>55</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a Escola Gracinda Peres da Comunidade Remanescente de Quilombo (Vila de Moiraba), no Município de Cametá, nordeste do estado do Pará, vem contribuindo para a valorização cultural e afirmação da identidade negra dos seus habitantes, na intenção de compreender como a identidade quilombola é vista pelos moradores e alunos da referida vila. Assim como, observar como a identidade quilombola vem sendo tratada no espaço escolar e entre os habitantes da vila de São Benedito, visando verificar se os professores vêm trabalhando questões referentes à história de constituição e valorização da cultural da referida comunidade quilombola. Da mesma forma, verificar se existe alguma espécie de parceria entre a associação Remanescente de quilombo da vila de São Benedito e a escola voltada para valorização cultural e reconhecimento da identidade quilombola.

O meu interesse pelo estudo surgiu a partir de algumas inquietações relacionadas à minha trajetória acadêmica, de motivações pessoais, pois também sou habitante da Comunidade Remanescente de Quilombo de São Benedito (Vila de Moiraba). A partir daí fui instigado a focalizar nesta questão temática, não apenas por ser pouco conhecida pelos educandos, mas também devido ser um assunto que causa certo constrangimento, principalmente em moradores locais. Assim, ao interrogar alguns alunos da escola, bem como, alguns moradores desta comunidade, verifiquei que são poucos os que se auto afirmavam quilombolas, muitos negavam a identidade negra e quilombola. Enquanto outros se auto reconheciam enquanto tais, embora possuíssem uma idéia bastante vaga a respeito do conceito de identidade quilombola ou sobre o que é ser quilombola. Neste sentido, na perspectiva de Hall (1997), a cultura não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária e dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior (HALL, 1997).

Foi por meio das experiências vivenciadas na comunidade e no cotidiano escolar de minha prática como acadêmico que me interessei por esta temática. O outro fator que me motivou a pesquisar este tema foi uma oficina realizada na escola “Gracinda Peres”, onde observei que a formação da identidade negra e quilombola na comunidade ainda está em processo de construção. Pois, nota-se que há um vago conhecimento a respeito do que é ser quilombola, que ainda precisa ser trabalhada.

Ressalta-se ainda que os moradores da comunidade são devotos de São Benedito, um santo negro. Assim como também é comum estes dançarem o samba de cacete<sup>1</sup>, uma prática cultural muito forte entre eles. Estas constatações me suscitaram alguns questionamentos: os moradores da comunidade de São Benedito se identificam enquanto remanescente de quilombolas? Quais as principais dificuldades encontradas pela escola Gracinda Peres e a Associação de Moradores e Agricultores Remanescente do Quilombo de São Benedito para que haja o reconhecimento e/ou fortalecimento da identidade quilombola, tendo em vista que moram numa área reconhecida como comunidade remanescente de quilombo? Visto que as Comunidades remanescentes de quilombos são constituídas por descendentes de africanos escravizados no Brasil. E hoje é também uma categoria política que entre outras pautas, reivindica o reconhecimento e valorização de uma história e uma cultura quilombola (SOUZA, 2012).

Portanto, para o desenvolvimento do presente trabalho, o uso da história oral foi de fundamental importância, pois os relatos orais e as histórias dos moradores da comunidade são as fontes principais deste trabalho. Uma vez que foram poucos os documentos escritos encontrados durante a pesquisa. Através da história oral foi possível conhecer a realidade e as dificuldades do povo da vila São Benedito e a partir de então analisar como se deu o processo de construção da vila e sua organização. É a partir do desenvolvimento da chamada Nova História que surgem novas possibilidades de fontes de pesquisa. A História Social e a Antropologia abriram espaço para abordagens de pesquisas que buscam resgatar o modo de vida de grupos tradicionais, como das populações afro-brasileiras por meio da memória oral.

---

<sup>1</sup> Segundo Pinto (1999), o **Samba de Cacete ou Siriá** é uma espécie de batucada muito dançada e cantada nos povoados rurais da região do Tocantins, desde a formação dos antigos redutos de negros fugidos (quilombos ou mocambos) que ali se formaram. A acontece de forma improvisada, assim como suas músicas surgem livremente de improviso ou então se canta as já tradicionais passadas de uma geração para outra. “Recebe o nome de Samba de Cacete porque os únicos instrumentos musicais são dois troncos de pau com aproximadamente um metro e meio de comprimento, escavados no interior – os tambores – tendo em uma das extremidades um pedaço de couro e quatro cacetinhos de madeira. No momento do samba os batedores ou caceteiros, em número de 04, sentam-se encima dos tambores, um de costas para o outro; o que fica do lado que tem couro batuca com as mãos e o que fica da outra extremidade bate com os cacetinhos. Os batedores ou caceteiros cantam as estrofes enquanto os dançarinos e as dançarinas, em tons unissonantes, fazem, o coro. A melodia, assim como a dança, começa em ritmo lento e vai evoluindo até tornar-se alucinante. A dança é solta, as mulheres geralmente giram em torno de si mesmas, gestualizando conforme a letra da música, se esquivando para que os cavalheiros não consigam tocá-las. Estes, por sua vez, gingando ao ritmo da música, tentam, sem sucesso, tocar os pés das damas. O Samba de Cacete, também, é conhecido na região do Tocantins como Siriá, devido a sua música mais “tradicional” intitular-se “Siriá”. É bastante comum se dançar o Samba de Cacete, na região do Tocantins, descalço e embalados por muita cachaça, "a pinga", responsável, quanto mais a noite avança ruma a madrugada, pela animação em forma de cantoria, risos e gritos eufóricos na sala. Uma espécie de alucinação coletiva, que faz extravasar dores, tristezas, preocupações, cansaços físico e espiritual”. Para maiores informações consultar PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas. PUC/São Paulo, 1999.

A oralidade na cultura de raiz africana é um valor tradicional ligado a territorialidade e as visões de mundo. Essa característica permitiu que a transmissão dos conhecimentos e saberes fosse compartilhada por várias gerações sucessivas, de maneira que as comunidades remanescentes de quilombos possuem ligações de parentesco e ancestralidade. (SOUZA, 2012)

Metodologicamente o estudo foi realizado primeiramente por meio de um levantamento bibliográfico em busca de autores que se ocuparam de temas relacionados à temática do presente trabalho. Entre estes encontram-se HALL (1997), HALBWACHS (1990), GOHN (2008), PINTO (1999, 2004, 2010), ALMEIDA (2011), além de outros, que suas discussões colaboram na composição das análises aqui desenvolvidas. Da mesma forma, foi realizada a pesquisa de campo com observação em lócus e realização de entrevistas. Acrescidas de documentos escritos disponibilizados pelos responsáveis pela Associação de Moradores e Agricultores Remanescente do Quilombo de São Benedito, assim como, documentos dos arquivos da escola Gracinda Peres.

Desta forma, através da pesquisa de campo, se realizou entrevistas e observação na comunidade e na escola para obter informações de funcionários, professores, alunos e moradores buscando analisar a construção da identidade quilombola. Assim, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto e prolongado do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. Ou seja, envolve um trabalho intensivo de campo. A pesquisa qualitativa caracteriza-se por analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento (LAKATOS; MARCONI, 2003)

As fontes documentais também foram de suma importância ao longo pesquisa. Entre estes documentos constam as planilhas de moradores que residem nesta comunidade, e também as de moradores que estão vinculados a Associação da comunidade de São Benedito. Assim como, o Estatuto e as atas de assembléias da associação de moradores e agricultores de Remanescentes de Quilombo; os arquivos e o projeto político pedagógico da escola Gracinda Peres, que foi construído por membros a associação e especialistas na área da Educação afro-brasileira visando o fortalecimento do quilombola. Contudo, o plano não é desenvolvido na escola, por motivos políticos, visto que esse projeto prevê que a direção da escola seja escolhida pela comunidade. Então até o período de conclusão deste trabalho esse processo de escolha para a direção da escola não é possível e por esse motivo o projeto encontra-se arquivado.

É a partir destas fontes orais e documentais que buscamos compreender se a parceria entre a associação e a escola pode ajudar a comunidade a reconhecer a sua identidade

quilombola. Pois vemos que já há uma preocupação dos membros da associação com relação ao fortalecimento da identidade quilombola que está em construção.

Nestas condições, o presente estudo justifica-se pela importância de se estudar questões educativas, culturais e de afirmação da identidade negra. Principalmente em comunidades, como a vila de São Benedito, e junto aos alunos, como os da escola “Gracinda Peres”, buscando ampliar o conhecimento e a valorização de sua ancestralidade quilombola, mesmo que as dificuldades ainda sejam grandes.

A comunidade pesquisada ainda enfrenta muitas dificuldades no que se refere ao reconhecimento de sua origem quilombola. Entretanto, percebemos que a Associação de moradores e agricultores remanescentes de quilombo São Benedito já desenvolve algumas ações nesse sentido, como palestras ministradas por especialistas na área destinadas aos professores que atuam na vila, já que muitos deles não receberam uma formação acadêmica voltada para a História e Cultura Afro-Brasileira.

Diante disso, percebemos que a construção da identidade remanescente de quilombo, a parte de dois pontos. O primeiro que ajuda na conceituação de identidade que passa pela preservação da memória coletiva dos quilombolas (HALBWACHS, 1990). A memória coletiva se apresenta na estrutura organizacional da comunidade quilombola, constituindo-se como elemento importante da tradição, das lembranças e das histórias do grupo, já que são atualizadas nas interações sociais cotidianas.

O segundo ponto estruturante da identidade se refere ao pertencimento à comunidade quilombola. Quando ligamos a identidade ao pertencimento estamos certos de que ela também se apóia na história e na cultura dessa população. Logo, o pertencimento, a origem, as crenças dos quilombolas não devem ser vistas como algo estático, fixo e imutável, pelo contrário, há elementos de dinamicidade e de apropriações dos sujeitos no interior da comunidade. E a importância de verificar esses dois pontos como construtores da identidade reside na possibilidade de conectá-los ao processo de reconhecimento (GOHN, 2008).

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado: *Indícios da Constituição Histórica da Comunidade São Benedito*, faz uma abordagem acerca do histórico de escravidão negra, abordando aspectos da constituição histórica da povoação de São Benedito, além de destacar a importância da história oral na presente investigação. Pois a memória emergida à tona através da oralidade, por meio das histórias de vida dos anciãos e anciãs da Vila São Benedito, que nos ajudam a entender raízes do quilombo neste lugar.

O segundo capítulo, nomeado *Aspectos Socio-historicos da Comunidade de São Benedito*, trata um pouco dos aspectos culturais e religiosos do seu povo. Foi através de entrevistas com os mais velhos moradores, que vieram à tona lembranças de antigas práticas culturais, que há muito tempo, ocorriam constantemente, e outras que aos poucos estão se perdendo, como o “convidado”.

O terceiro capítulo, intitulado *A construção da Identidade Quilombola na Escola Gracinda Peres, vila de São Benedito*, refere-se ao fortalecimento da identidade negra e quilombola dos moradores da vila São Benedito, buscando analisar se os moradores e alunos se identificam como quilombolas. Assim como, destaca a organização social deste povoado, principalmente no que diz respeito à luta pela posse de suas terras, considerando o dispositivo constitucional art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que lhes garante o direito de permanecerem nas suas terras e a emissão de título definitivo.

# **CAPÍTULO I**

## **INDÍCIOS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE SÃO BENEDITO**

### **1.1 NOS RASTROS DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE SÃO BENEDITO**

Ao longo da pesquisa encontramos certas dificuldades para entendermos a formação da vila de São Benedito. Segundo os moradores, até o final dos anos 90 não havia consciência política a respeito do conceito Remanescente de Quilombos. Entretanto, é partir de 2000 que Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) elaboram um projeto no intuito de identificar e catalogar todas as comunidades remanescentes de quilombos da região do Baixo Tocantins. É através deste projeto que o presidente da Associação na época, o Sr. Haroldo Lobo, em parceria com o professor Cota, se aprofunda no tema e luta para que os moradores da vila conheçam os direitos. No ano de 2013 a comunidade de São Benedito é reconhecida como comunidade remanescente de quilombo.

Para muitos moradores da Vila São Benedito o termo quilombo ainda tinha um significado pejorativo. E estavam relacionados a “negros fugidos” e “bandos de salteadores”, conceitos criados e reproduzidos pela historiografia tradicional. Desta forma, alguns até se opuseram em reconhecer a comunidade como Remanescente de Quilombo. Entretanto, tendo em vista os “benefícios” que receberiam do Governo Federal, os mesmos acataram. Esses “benefícios” são apenas uma compensação de parte da dívida histórica que o Brasil tem devido seu passado de opressão e violência para com as populações afro-brasileiras.

Foi a partir da titulação que os moradores foram buscar mais informações questão quilombola. E assim começou um processo de construção e/ou fortalecimento de uma identidade que ficou perdida devido à história de marginalização dessas populações.

Para os habitantes da vila de São Benedito conhecer sua história, suas origens, são importantes para avaliar os caminhos percorridos e planejar o futuro, tendo como base suas memórias. Nesse sentido, realizamos a pesquisa com os moradores mais antigos da vila, o que possibilitou o acesso a fatos e acontecimentos de uma época do passado e da formação histórica do local.

Através dos relatos da pesquisa oral tomamos conhecimento dos aspectos sociais, culturais, religiosos, econômicos dos atuais e antigos moradores da comunidade. E estes são pontos muito importantes para nossa sobrevivência e para manter viva nossa história, para que no futuro possamos ter o que passar para as novas gerações. Para que assim possam compreender como tudo começou. Neste sentido, a partir da pesquisa foi possível imergir no passado e conhecer um pouco naquela época.

## **1.2 HISTÓRIAS DA COMUNIDADE: CASA GRANDE DA FAMÍLIA COTTA: ESPAÇO DOS BRANCOS E DOS NEGROS**

Em 16 de Maio de 1872, desembarcaram em vila Moiraba uma família de portugueses denominada família Cotta, tendo como líderes os irmãos Isidoro Cotta e João Cotta. Esses homens são considerados os fundadores do povoado de São Benedito, como na época tinha muita terra devoluta era fácil e comum que as primeiras pessoas que aqui chegaram fossem donos de grandes propriedades. (MOURA, 1989)

A família Cotta então demarcou uma grande propriedade de terras que vai desde a Vila do Carmo, chamada São Vicente, até o povoado de Bituba, nesse perímetro escolheram uma área medindo três quilômetros de frente, que se estendia da casa do senhor Raimundo Araújo até próximo da casa do senhor Samuel de Moraes onde hoje está localizada Vila Moiraba. Esta área foi escolhida por ter certa altitude em relação ao nível do Rio Tocantins e pela proximidade de um Igarapé onde foi construído um estaleiro que por muitos anos serviu tanto para consertar como para construir as canoas utilizadas pelos senhores brancos, donos de possessões. (LARÊNDÓ, 2007)

Na margem direita do Rio Tocantins, em uma área privilegiada de terra firme, construíram a primeira casa, conhecida como *casarão* ou *casa grande*, que recebeu esse nome devido sua grande extensão, inclusive servia de referência no vilarejo e ocupava um quarteirão inteiro. Nos anos 50, apenas a metade desse casarão ficava de frente para o Rio (COTA, 2012), “onde ficava a antiga Escola, hoje construída uma UBS<sup>2</sup>”, e frente para a praça. Nessa casa todos os espaços eram duplos, tinha o espaço dos brancos e dos negros que fazia a divisão das raças.

---

<sup>2</sup>Unidade Básica de Saúde.

Figura 1: Unidade Básica de Saúde da Vila de São Benedito



Fonte: Narlon Costa Mauricio, em 25 de setembro de 2019.

As principais festas realizadas eram a festa de São Benedito, que até hoje mantém uma tradição muito forte, e o Carnaval, que ao passar dos anos foi perdendo espaço. Um fator de grande relevância era a separação que se fazia presente nas festividades onde tinham salões distintos para “brancos” e “negros”. No relato de Dona Mariana tornar-se visível essa questão:

“Tinha as festas profanas que agora já acabou então era dividido em duas salas. Uma dos brancos e uma dos pretos. Os pretos não se misturavam com os brancos e nem os brancos com os pretos”.

Essa questão também pode ser analisada segundo Jacquelyn Johnson (2009, p. 83):

Trata-se de uma história 200 anos de segregação, que criou duas raças (branca e negra) baseadas em regras de ancestralidade e descendência. Tal separação definiu e protegeu a “branquitude” do perigo representado pela negritude. (JOHNSON, 2009, p. 83)

Parece estranho falar de escravidão muito tempo depois da Lei Áurea ter sido assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, documento legal que aboliu institucionalmente o escravismo no Brasil (SOUZA, 2012). Segundo Dona Maria Antônia, filha de escravos, a justificativa para esse fato é que “nessa época não existia rádio, televisão, telefone, meio de transporte rápido e os poucos meios de comunicação eram de total domínio dos brancos”.

A filha do senhor Isidoro, dona Maria Paulina Pinto Cotta, tomou posse do domínio dos escravos, mandou construir um cemitério que ficava em frente da pequena capela, onde só

eram enterrados os senhores proprietários de grandes lotes de terra (COTA, 2012). Para demarcar território, frente ao grande crescimento da população negra, construiu outra casa-grande, coordenada por dona Zolima, prima de dona Maroca. (LARÊND0, 2007). Esse então foi o período em que os escravos passaram a descobrir que já estavam livres e começaram a se rebelar, se negando a cumprir certas tarefas ordenadas por seus senhores.

Pressionados, os brancos mandaram construir duas ruas e distribuíram em pequenos lotes para seus escravos, dessa forma ficariam sempre próximos e tendo domínio dos mesmos. Como estratégia, dona Maroca Cotta e dona Zolima, passaram a pedir os filhos dos escravos para serem afillhados e criados por elas, formando uma grande geração de escravos que trabalhavam só para ganhar a alimentação. Aos poucos, o povo começou a progredir e se desenvolver buscando a garantia de seus direitos e a formar um povoado maior, bem mais habitado que no início e focando uma trajetória com objetivo o título de vila. Nessa trajetória, descobriram que no Baixo Amazonas já existia uma vila com o nome de São Benedito e decidiram mudança do nome (COTA, 2012).

Em 15 de Agosto de 1896 lei nº 422 e decreto nº 14273 de 25 de julho a vila é intitulada oficialmente recebendo o nome de Vila Moiraba 3º Distrito da Comarca de Cameté, o ato solene foi realizado na residência do senhor João Antônio Pinto Cotta que na época era tenente. A escolha desse nome foi pela proximidade que a vila tem a uma pequena ilha com o mesmo nome e por ser habitada por muitos moradores que nasceram nessa ilha. Essa localidade se expandiu dando origem a outras comunidades como: Catalão, Aripijó, Arimandeuá, Cabanagem, Ajará-panema, povoado de bacuri onde ainda encontramos filhos de escravos e a comunidade de Canudos, que serviu de esconderijo para os negros na época da guerra dos Canudos. Os senhores com medo de perder seus escravos, quando o exército saiu recrutando para a guerra, mandaram que fossem se esconder nessa região e por isso o nome de canudos (LARÊND0, 2007).

Podemos considerar ainda que mesmo após muitas lutas por sua liberdade, o povo ainda continuava dominado pela senhora Maroca Cota, quando ela precisava organizar uma festa ou mandar fazer qualquer outro trabalho na localidade, a mesma saía de casa em casa convocando as pessoas e todos iam fazer aquela tarefa gratuitamente e mostravam grande respeito para com sua pessoa. Até hoje essa família ainda possui uma grande área de terras. Por outro lado, existe outra família Cota descendentes de escravos, que na realidade herdaram esse sobrenome de seus pais que receberam de seus senhores para poder marcá-los como suas propriedades e até hoje ainda existe em nossa vila essas duas descendências.

Figura 2: Foto aérea de Vila Moiraba



Fonte: Marinha do Brasil.

Vila Moiraba atualmente é conhecida como uma comunidade Remanescente de Quilombos. Através de uma associação organizada buscou reconstruir as coisas boas que aqui existiu e que hoje se encontra esquecidas pelo descaso de muitos que aqui passaram como nossos representantes e não valorizaram tudo que foi conquistado com muitas lutas.

Atualmente ainda temos o Cartório de Vila Moiraba sediado em Vila do Carmo, tudo isso por uma divergência política partidária. Quando os órgãos competentes chegaram aqui para implantar o cartório, algumas pessoas, contrárias ao governo da época falaram que aqui não tinham pessoas competentes para administrar e por acaso ancoraram no trapiche de um senhor em Vila do Carmo cujo seu nome era Jaime Larêdo, onde funciona até hoje administrado pelo senhor Dulcelino Rodrigues seu descendente. Certamente a falta de união do nosso povo fez com que muitas coisas não acontecem para o desenvolvimento dessa região.

Por muito tempo se manteve vivo o mito de que o atraso dessa vila estava relacionado a uma grande mangueira (mangueirão) que tinha em frente da antiga escola, construída no lugar da casa grande de dona Maroca Cota. Essa mangueira ficava entre dois trapiches, um que era usado para acesso ao rio, para tomar banho e ao mesmo tempo para o desembarque de cadáveres que vinham de outras regiões via aquático e como acesso a casa do senhor Bizonga que ficava as margens do rio, hoje desativado. E outro utilizado até hoje para embarque e desembarque e outras utilidades. Na subida desse atual trapiche, o senhor Ruchito construiu uma pequena casa

onde morava e ao mesmo tempo comercializava produtos da região. Tempos depois vendeu essa casa para o senhor Laércio, que depois vendeu para a prefeitura e onde foi construído um pequeno mercado público que servia tanto para as pessoas da terra firme quanto para as pessoas das ilhas comercializarem seus produtos (COTA, 2012).

Dona Maria Antônia afirma que “as raízes da mangueira eram utilizadas como assentos e era lá que ao cair da noite reuniam-se os pais de familiares para contar causos e conversar sobre os acontecimentos diários da pequena localidade. Com passar do tempo, finalmente foi retirada a mangueira, foi desativado e ainda assim muita coisa não mudou”.

Um fato importante que devemos citar também é que energia elétrica não se conhecia por aqui. Dona Marina Fiel, relata que as casas eram iluminadas com lamparinas, candeeiros, pequenos faróis a querosene e outras criações alternativas. O progresso andava lentamente que muitas vidas se perderam por coisas simples que hoje podem ser evitados, como por exemplo, uma mulher ia dar à luz e ela tinha que ser levada de canoas movida à vela e/ou a remo, o que levava quase o dia todo de viagem até chegar à cidade de Cametá, muitas vezes ambos chegavam sem vida, dependendo da gravidade do caso.

Água encanada não tinha, a única fonte de água potável era uma nascente que ainda existe chamada de Curuperé, dessa fonte que era retirada toda a água utilizada para o preparo da alimentação e para beber. Lá também tinha uma área reservada para tomar banho e para lavar roupas, e também servia de ponto de encontro para as mulheres colocarem as conversas em dia. O bom de tudo isso era que de fato existia muito respeito, onde se podia dormir com portas e janelas abertas sem nada temer, os vizinhos cuidavam um dos outros e partilhava tudo, como uma verdadeira comunidade.

## **CAPÍTULO II**

### **ASPECTOS SOCIO-HISTORICA DA COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO**

#### **2.1. TRAÇOS CULTURAIS E INFLUENCIAS RELIGIOSAS**

Entre muitos traços culturais e influências religiosas na vila São Benedito destacaremos alguns que ficaram marcados quando explicamos ou contamos alguns fatos de nossa Comunidade. A derrubada de um pé de Umarizeiro e de um Piquizeiro para a construção do primeiro Centro Comunitário. Anos depois a construção do Centro Comunitário atual no mesmo local, a compra de um caminhão chamado (preta velha) que foi comprado por intermediação do Padre Guilherme pelo valor de nove Cruzeiros, o dia em que parte do teto da igreja caiu na hora de uma missa do Coração de Jesus, quando construíram a nova o senhor Manoel Evangelista saiu rolando em frente pela graça alcançada, o roubo dos sinos também é lembrado muito hoje (Arquivo comunitário de São Benedito).

Como a estrutura da igreja era pouco resistente, construíram uma estrutura no lado para colocar os sinos, esses então foram levados sendo arrastados pela rua e levado para um barco até um lugar próximo (prainha) onde foram abandonados, o pequeno estava no galho de uma árvore chamada mamorana com um bilhete que dizia que o sino grande estava no fundo, fizeram algumas artes e encontraram, isso levou alguns dias já que foram roubados dia 05/02/73 e foram encontrados em 14/02/73, a mangueira que ficava em frente da vila, a construção da primeira escola e a derruba da mesma, a construção da atual escola, a tentativa de fundar uma nova comunidade dentro da pequena vila, as Santas Missões Populares e Santas Missões Jovem, a chegada da energia elétrica, água encanada, implantação dos sindicatos dos trabalhadores rurais e a criação da associação Quilombolas.

Vila São Benedito hoje com cento e vinte e três anos, apresenta muitas mudanças para a época de sua fundação, inclusive a desvalorização de algumas manifestações culturais. Muitas culturas foram sendo esquecidas nessa trajetória, muitos jovens não conhecem o Samba de cacete, o Bangüê, o Cordão de Boi, o Convidado, a Ladainha e outros que precisamos resgatar. E outras manifestações culturais que estão sendo ingeridas, como as festas juninas.

Quando as caravelas portuguesas chegaram aqui trouxeram em seus pertences algumas imagens de santos, como São Benedito, Nossa Senhora do Rosário entre outras, assim como objetos usados em rituais religiosos como cálice, castiçais, candelabros, coroa do Espírito Santo existente até hoje. No início só tinham acesso a esses objetos os brancos, depois foi construída uma pequena capela bem na frente da que é a atual igreja, onde foram colocadas as imagens que passaram ser cultuadas com grande fé e devoção (Arquivo Comunitário de São Benedito).

Em volta da capela foram construídas as casas dos poucos moradores que formavam o pequeno povoado. Embora os cultos fossem realizados em latim e maioria do povo nada entendesse os moradores não faltavam aos cultos. Inclusive alguns escravos conseguiram aprender muito tempo depois e passaram para seus filhos e hoje ainda temos em nossa comunidade algumas pessoas que sabem rezar em latim. Nesse tempo o padre rezava de costa para o povo e ninguém conhecia a bíblia e também não tinha uma comunidade cristã.

Primeiro foi criado o apostolado da oração tendo como centro a Vila de São Benedito e em cada localidade tinha uma pessoa responsável chamado de zelador, essa organização começava em uma pequena ilha conhecida como Marinteua e ia até a Vila de Areião. Esses zeladores tinham a responsabilidade de organizar seus associados vestindo roupas brancas, usando uma espécie de cordão no pescoço feito de fitas vermelhas com uma medalha contendo o símbolo do apostolado. Esses associados pagavam uma mensalidade para se manter na sociedade e recebiam um pequeno jornal religioso uma vez por mês chamado por eles de bilhete mensal

Era muito comum que os negros construíssem em um cantinho de suas casas um pequeno oratório onde ficavam as pequenas imagens de devoção da família. Em algumas casas ainda encontramos. As pessoas tinham uma fé tão grande que se doavam ao trabalho da igreja e chegavam a ficar conhecidos como os escravos dos santos e faziam todos os serviços relacionados às comemorações realizadas em nome de um santo.

No relato de dona Maria o “velho Manoel Evangelista” que ficou conhecido como escravo de São Benedito embarcava com a imagem do santo em uma canoa a remo e saía percorrendo as localidades em peregrinação, arrecadando as oferendas doadas pelos devotos e isso também se repetia em terra firme.

No período da Semana Santa o respeito era muito grande, toda a alimentação era preparada dias antes para não se fazer barulho durante a semana. Muitos idosos jejuavam durante esse período, ficavam trancados em um quarto lendo a bíblia e em oração a Cristo chamado por eles de Senhor Morto.

Na quinta-feira santa, um senhor conhecido como Quinzinho, assumia o papel de penitente do povoado e saía nas ruas batendo um objeto de vidro dando início a um silêncio total, isso era apenas uma tradição cultivada pelo povo.

O catolicismo era predominante nessa região, com isso criaram a cruzada que funcionava com as mesmas características do apostolado, mas tinha um símbolo de uma cruz nas vestimentas. A partir dessa nova organização começa-se a cogitar a criação de uma comunidade, é esse, justamente, o momento em que a igreja católica entra em crise, o povo se questiona sobre sua salvação pelas práticas e normas que lhes eram impostas.

A igreja era diretamente ligada a movimentos sociais, muitas pessoas fizeram carreiras políticas partidárias, começando então uma nova forma de organização. O bispo de Cameté Dom José Elias Chave foi um dos grandes líderes dos movimentos sociais em defesa do povo.

No dia 23 de outubro 1969 fundou-se a Comunidade Cristã de São Benedito, tendo como primeiros coordenadores, os senhores Darlindo Pinto, Adamor Lopes, Godofredo Frederico de Jesus, Milton Baia, Benício Coelho e Luiz Rodrigues Pinto.

Antes dessa coordenação, o senhor conhecido como Barrada demoliu a antiga igreja que era construída de pedras e argila e construiu outra que se mantém até hoje, foram feitos alguns ajustes, mas sempre procurando manter a arquitetura, nela ainda se mantém dois sinos trazidos de Portugal por padres da época.

Com a comunidade já organizada, foi rezada a primeira missa, celebrada pelo padre David Larêdo renovando o ato tradicional. Pouco depois, o senhor Lourival e dona Alaíde, assumiram a coordenação, onde desenvolveram uma ação que não foi aceita pelo povo e nem pelo padre atuante, conhecido como padre Porronca. Os coordenadores mandaram tirar o telhado da igreja e venderam as telhas, quando tentaram refazer não conseguiram causando grande comoção em todos os fiéis que com muito esforço conseguiram reparar o erro. Nessa igreja tinha um espaço reservado para o coral que ficava na entrada, era um palco elevado, mas depois foi tirado em uma reforma.

Figura 3: Atual da igreja de São Benedito



Fonte: Narlon Costa Mauricio, em 25/09/2019

Em 1980 os trabalhos religiosos passaram para a coordenação das senhoras Cirena Lobo de Jesus e Rosa Pinto Rodrigues, contando com uma organização diferente através de pastorais, tendo como destaque a Pastoral do Batismo, da Juventude, Liturgia e Catequese. Em seguida assumiram Cirena Lobo e Bernadeth Rodrigues.

A Pastora da Juventude passou a se destacar entre as outras em cursos de formação e assembléias, onde era feito o calendário anual das comunidades, causando um efeito revolucionário e passando a assumir a maioria das coordenações dos distritos e da paróquia, tendo como incentivador o Pároco Padre Edson de Alcântara, responsável por grandes projetos com ONGS do Rio de Janeiro, trazendo motores, carros, construção de casas paroquiais entre outros benefícios.

A primeira missão jovem foi realizada no período de 19 a 24 de novembro de 2002. Nesse momento o grupo JUF (juventude união fraterna), que foi fundado em 1999, era o braço forte da comunidade, assumindo todos os atos de organização da mesma.

Dessas organizações brotaram muitos frutos que até hoje ainda coordenam as comunidades, alguns ingressaram no seminário, temos diácono e como destaque o Padre Gurupá de Aripijó, pároco em Vila do Carmo.

Segundo afirma Pinto (2007), é a partir da memória dos mais velhos que emergem para o tempo presente as lembranças das festas em homenagem aos santos dos quais eram devotos (PINTO, 2007). Povo alegre e festivo que desde seu início comemora várias datas em devoção ao seu padroeiro. A festividade de São Benedito que antes era comemorada no mês de outubro, hoje em ocorre em novembro e começa com o tradicional círio, no qual a imagem de São Benedito é trazida em uma procissão por seus fiéis devotos da Igreja de Nossa Senhora do Carmo na Vila do Carmo até sua Igreja Matriz em Vila Moiraba. A procissão é animada por bandas musicais e fogos de artifícios, já o fim da festividade é celebrado com a missa solene e seguida do leilão de oferendas e a noite da tradicional queima de fogos.

Figura 4: Cartaz da festividade de São Benedito ano 2019



Fonte: Facebook de Vila São Benedito Cametá-Pará, acesso dia 01/10/2019

Outras festividades religiosas da vila são: a festa do Menino Jesus em dezembro, o mês mariano em maio, a festa do Espírito Santo em outubro. Esta celebração começa com o

tradicional mastro, quando um pedaço de madeira é deixado na força da maré, e algum minuto depois começa uma disputa em canoas até alcançar a madeira que era levada para terra firme, enfeitada com flores, galhos de árvores, frutas da região e outros adereços. Era trazido até um local determinado onde era colocada uma bandeira e levantado marcando o início da festa e ao final do festejo o mastro é derrubado. Hoje ainda é feito com outros padroeiros com atitudes não apreciáveis ou inadequadas ao momento.

Talvez, pelo descontentamento de alguns membros nessa caminhada fundaram a comunidade de Santa Rosa de Lima, sendo alvo de grande polêmica na época, uma vez que era um setor com o nome de Bom Jesus.

A comunidade de Santa Rosa começou com um grupo de evangelização que rezava o terço nas famílias e tinha como primeiras organizadoras as senhoras Maria Catarina, Benedita Irene da Cruz, Raimunda Lúcia Almeida, Glauciane Almeida e o senhor Edgar Lisboa.

No dia 23 de agosto de 2011, com a entrada de alguns membros como: Luiz Carlos, Oliete Louzada, Floriana Fiel e Maria Margarete Lisboa, confirmou-se a fundação e comemorou-se a primeira festividade em homenagem a Santa Rosa de Lima. Temos também em nossa vila outras religiões atuantes que contam com a participação de muitas famílias que tem a liberdade de participar onde achar viável. As religiões presentes são as seguintes: Igreja Católica; Quadrangular e Assembléia de Deus.

### **2.3 APRESENTAÇÕES E DANÇAS**

Além da grande devoção religiosa, esse povo possui grande alegria em festejar. Mesmo com a exploração feita pelos brancos e com os descasos de nossos governantes, ainda encontram tempo para se divertir e alegrar nossa comunidade. O ponto de encontro cultural no passado, era em baixo de um pé de umarizeiro e um piquiazeiro (árvore muito grande onde também eram coletados os frutos para consumo regional). Nesse local ocorriam as danças típicas como a marujada e a pastorinha. A marujada era uma dança criada em uma ilha próxima chamada Juba que saiam para fazer suas apresentações, vestidos em estilos marinheiros, traziam pequenos barcos construídos de madeira e apresentavam a dança simbolizando a vida marítima. Já a pastorinha depois ganhou o nome de pastoril, realizada no período de dezembro a março, dançada em pares, usando roupas brancas bem enfeitadas, por muito tempo coordenado pela senhora Expedita Araújo.

O senhor Godofredo Frederico de Jesus (Gudu) criou o bloco de carnaval chamado Catinga do Gudu, que por muito tempo movimentou o lugar como uma das grandes manifestações culturais. Hoje ainda temos alguns grupos com uma organização totalmente diferente mais que movimentam parte da população, principalmente, na época das festas juninas como, por exemplo, os grupos em destaque, Revelação Junina e Estrela Junina, que se apresentam na região.

O Banguê também se mantém em pequenos grupos que se apresentam no mês de janeiro, com destaque para o Vermelhão, que é organizado na comunidade próxima conhecida como Cabanagem, onde fazem pequenos versos sempre buscando mostrar acontecimentos atuais em todos os sentidos e saem visitando as famílias com suas músicas recebendo em troca pequenas oferendas troca da animação.

#### **2.4 ESPORTE: TIME DO BANGÚ E “CRIAÇÃO DE NOVOS CLUBES”**

No dia 27 de dezembro de 1912 fundaram o BANGÚ, time de futebol que acumulou inúmeras vitórias, durante sua trajetória destacou muitos jogadores como os primeiros fundadores do clube, os senhores Clementino Raimundo (pescada), Acapú, Dário Veiga e Deodoro. Com o passar do tempo outros como: Avelino, Godofredo, Arquimimo, Demostro, Pedro (Pirico), Adamor e outros.

Nessa união construíram um campo de futebol que recebeu primeiramente o nome de Clementino Garcia e em seguida de Raimundo Araújo por ser proprietário do terreno onde foi construído e atualmente chama-se Godofredo Frederico de Jesus em homenagem ao ilustre morador da comunidade que partiu, mas deixou um legado muito grande no esporte da comunidade.

Tento em seu currículo vitorioso vários títulos, o Bangú, o mais importante deles foi à conquista do torneio “Campeão dos Campeões” realizado na sede do município na cidade de Cametá. Décadas passadas na comunidade só existia o Bangú, após muito tempo houve na comunidade um excesso de jogadores, que fazia com que os mais jovens não tivessem oportunidade de jogar e com isso foram fundados outros clubes, como Londrina Esporte Clube São Benedito fundado pelos senhores: Godofredo, Adamor, Luiz Pinto e Manoel Arnoud (café bom) e Itaperuna.

As disputas entre o Bangú e o Londrina Esporte Clube são um clássico na comunidade, considerado o maior clássico do interior de Cametá, muito pela sua tradição e rivalidade que se penduram por várias décadas.

Segundo o senhor Jose Beline “em dia de jogo na comunidade é uma grande festa, mas quando é o clássico entre Bangu e esporte, a festa é maior ainda, a torcida comparece em peso, as mídias da televisão de Cametá vem acompanhar o jogo, pois sabe que é um jogo de muita rivalidade e tradição e uma cultura de 30 anos esse clássico”. No relato podemos perceber como os moradores dão atenção ao esporte, dificilmente em dia de jogo um morador não vai para beira do campo assistir.

Atualmente com o título da comunidade quilombola de São Benedito os times deixaram a rivalidade de lado e se uniram-se em um só clube, o São Benedito FC, que já disputou vários torneios grandes e foi o vice-campeão na Copa Cametá e vice-campeão do torneio na vila de Areião.

## **2.5 VIVÊNCIAS, SABERES E COSTUMES: A ARTE DE CURAS DE PAJÉS E PARTEIRAS NA COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO**

Por se tratar de uma comunidade centenária, muitos costumes que eram tradição se perderam, mantendo-se apenas algumas e que também estão ameaçadas. Pois vivemos em uma sociedade cada vez mais tecnológica que sem dúvidas tem seus méritos, mas que em determinados momentos desprezam as tradições de um povo. Eram costumes, as afilhadas passarem a sexta-feira da paixão nas casas de seus padrinhos, tomar benção dos idosos, velar os corpos dos falecidos em suas casas onde os carpinteiros da região construíram o caixão artesanal que era forrado com um tecido branco e fino com o nome de “morim”, tendo como forrador oficial o senhor Luiz Pinto. O toque dos sinos com dois baques diferentes, uma para avisar que alguém tinha falecido e outro para chamar a participação do culto dominical ou outras celebrações realizadas na igreja, a famosa ladainha rezada em latim na casa de um falecido, a fabricação do pão de tapioca para vender no dia de finados, dividir os alimentos com os vizinhos, tomar banho de rio, acender a fogueira em frente as casas e partilhar o arroz doce com as famílias após o banho da madrugada, lavar as roupas no igarapé, dar donativos as imagens de santos que percorriam as casas das famílias na proximidade das festividades, usar remédios caseiros.

Era comum no tempo que não tínhamos médicos na região as pessoas buscarem uma saída para seus problemas, o senhor Sotero se destacava como o maior benzedor que tratava de todos os problemas de saúde que surgiam nas pessoas. Tanto pelo rio quanto pela estrada, as pessoas se deslocavam para a localidade do Bacurí, onde ficava sua casa e chegavam até fazer fila para o atendimento. Era um tratamento feito através de remédios caseiros extraídos da floresta ou cultivado em seus quintais.

Um trabalho que ficou muito conhecido até pouco tempo atrás, foi o da senhora Hermita Gonzaga, que também era benzedeira, tratava principalmente de crianças, quando também tinham problemas intestinais, quando aparecia o primeiro dente e outros problemas, ao mesmo tempo fazia atendimento aos adultos para tratar diversos tipos de doenças. A base medicinal também era feita de plantas caseiras.

Sem dúvidas, um dos trabalhos de maior importância foi o trabalho das parteiras, no início um pouco contestado pela medicina, pois a técnica utilizada contava com poucos recursos podendo levar a criança ou a mãe a morte ao adquirir uma infecção na hora do parto.

Com passar do tempo percebeu-se que era um trabalho eficaz e fundamental e que ao mesmo tempo diminuía os casos de mortes na hora do parto, levando-se em conta o difícil acesso a cidade. A secretaria de saúde do município passou a ministrar cursos a essas parteiras para ajudar a melhorar sua prática como, por exemplo, a técnica de esterilizar os materiais usados.

Aos poucos, essa prática foi se perdendo, talvez pelo desinteresse tanto das parteiras quanto das pessoas em aprender, isso tudo talvez pelo fácil acesso ao serviço de saúde que já temos em relação às pessoas que viveram nas décadas atrás.

## **2.6 A VIDA NO CAMPO: QUESTÕES TERRITORIAL E SISTEMA DE PRODUÇÃO**

Em nossa região, nunca existiu conflitos pela terra, o povo sempre teve terra para plantar sem entrar em disputa pela posse da mesma e talvez por ser um pequeno povoado sem grandes investimentos, até certo tempo, não despertava tanto interesse. Com passar do tempo, o agronegócio chegou e com a criação da associação de remanescente de Quilombos algumas pessoas que cultivaram uma área de terra por muito tempo, passaram a dizer que eram donos dessas áreas. Por um lado, facilita a entrada e o domínio do capitalismo nessas propriedades, mas por outro prejudica a organização da associação que está organizando as famílias buscando

o verdadeiro reconhecimento para o morador do campo. Essas questões sem dúvidas atrapalham, mas não vencem a vontade e a força de organização:

Hoje, a associação quilombolas está enfrentando esse tipo de problema com pessoas que se dizem donas da terra e não tem nenhum tipo de documento que comprove essa afirmação, prejudicando até alguns projetos sociais que a associação tenta desenvolver, uma vez que não se assumem como quilombolas. (Haroldo Lobo de Jesus).

Para as pessoas que nascem e crescem no campo, sem dúvidas é um grande desafio lidar diariamente com diversas ações. E ao mesmo tempo é muito satisfatório viver em contato com a natureza, respirando ar puro e sentindo a tranquilidade de poder andar e viver em paz, em contato direto com a terra, plantando e colhendo e utilizando todos os recursos que a natureza nos oferece.

Em relação ao trabalho no campo na vila de São Benedito havia a prática do roçado, mais conhecido na região como “convidado”, a mão de obra familiar não era suficiente para o plantio dos grandes roçados então era necessário “convidar” mais pessoas. O dia de “convidado” é também um dia de comida em abundância, uma prática comum no interior do Brasil. Havia assim mutirões de trabalho na lavoura com refeição farta para os convidados, oferecida pela família anfitriã. Na vila São Benedito a plantação do roçado era também uma festa, animada pelo samba cacete, durante o trabalho cantavam-se canções acompanhado de muita bebida, geralmente a cachaça pura ou misturada ao suco de gengibre. Por várias razões os convidados, principalmente para o plantio da mandioca, não existem da forma citada acima e uma das razões é que hoje, algumas famílias cuidam de seus próprios roçados, através da chamada agricultura familiar.

É verdade que hoje já não se cultiva certas culturas como antigamente e isso nos trazem muitas saudades e tristezas em ver a grande destruição que é feita no campo para atender o pequeno produtor que é a menor parte e para a maior que é o agronegócio:

O campo me traz muitas alegrias e tristezas. Alegria por ir todos os dias trabalhare, está junto à natureza, e tristeza, por ver a grande degradação que é feita hoje. Antes no campo de natureza se colhia “flor do campo” que servia como fonte de renda e hoje está se transformando em um lixão para atender os interesses das empresas que ganham as licitações da prefeitura e não são fiscalizadas e fazem um trabalho prejudicial ao povo. (Haroldo Lobo de Jesus).

A agricultura familiar foi um modelo de produção que sobressaiu por muito tempo em nossa região. As famílias se uniam em todas as atividades do campo e compartilhavam tanto do lucro quanto de eventuais prejuízos, já que era um trabalho coletivo sem renumeração, todos

trabalhavam em todas as áreas de forma igual e todo o processo de plantio era orgânico, dessa forma os custos eram pequenos apenas com alimentação que era de responsabilidade de cada proprietário da área a ser plantada.

Essa prática durou por muito tempo, até que entrou em cena o agronegócio e apresentou novos métodos de plantio e individualizou as atividades, uma vez que a produção não é mais voltada para consumo das famílias camponesas e sim para atender a expectativa de mercado. O resultado é uma grande margem de lucro e o aumento do cultivo de outras culturas antes desconhecidas na região. Segundo HAGE (2013), “a maioria da população da Amazônia atualmente vive no meio urbano, como resultado da implantação de políticas públicas, que em seu conjunto, forçam a migração de sujeitos que vivem no meio rural”.

As maiorias dos pequenos produtores que viviam no campo passaram a arrendar ou até vender suas propriedades e se mudam para a cidade, dando lugar ao grande plantio de dendê e pimenta-do-reino e até mesmo para criação de gado, tornando distante ou acabando com a união familiar no trabalho de campo.

## **2.7 QUESTÃO PRODUTIVA: MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA E SISTEMA DE PRODUÇÃO**

A movimentação econômica da região na época era baseada na lavoura e no extrativismo, os negros cultivavam roças de mandioca, milho, arroz e outros. Extraíam o Látex das seringueiras formando pequenas bolas de borracha chamadas por eles de samambí, coletavam flor do campo, lenhas para serem vendidos para as avarengas (barcos à caldeiras), a ocuúba, frutos de andiroba, cacau, copaíba e etc. Os produtos beneficiados eram de comercialização direta dos senhores brancos, restando para o trabalhador escravo um simples prato de comida:

Minha mãe era criada da velha Maroca Cota, meu pai era escravo da velha Zolina da outra casa grande, minha mãe tirava leite de seringa, azeite de andiroba e batia cacau e meu pai trabalhava na lavoura plantava mandioca, milho, arroz, cortava lenha, e outras atividades pesadas, todo esse trabalho era só para ganhar a comida e nada mais. (Maria Antonia Vasconcelos).

Isso durou um longo período, depois o povo passou a ter o domínio de sua produção, passando a ter como fonte de sobrevivência, o escambo, ou seja, trocavam sua produção com comerciantes, pelas mercadorias que precisavam. Entre esses comerciantes destacou-se o

senhor Manoel Tocantins que tinha um comercio muito grande e Raimundo Araújo que era dono do trapiche, que o povo usava para depositar a lenha que era comercializada quando passava os barcos.

Dessa forma, a população passou então a se organizar, tendo todo seu objetivo voltado à lavoura, tomando a mesma como a maior fonte de ocupação e produção regional. Passaram a derrubar grandes áreas de mata, fazendo queimadas, conhecidas também como a tradicional coivara, serve para limpeza total da área deixando-a pronta para o plantio.

A produção de carvão só começou a ser feita muito tempo depois, com a chegada do senhor Zé Belém que trouxe a técnica para produzir e ensinou o povo. Antes era o velho fogão a lenha que era utilizado para o preparo dos alimentos e o pão de tapioca por muito tempo foi uma fonte de renda.

A chegada do agronegócio, sem dúvidas contribuiu muito para que ficasse para trás o trabalho em família. A partir do momento que as máquinas passaram a fazer todo o trabalho que antes era realizado pelo homem e com a inserção de outras culturas, que oferecem uma margem de lucro. Como a cultura da pimenta do reino e do dendê, produtos muito cultivados atualmente, a agricultura familiar desapareceu fazendo com que muitos produtores passassem a arrendar e até mesmo vender suas terras.

Algumas tentativas foram feitas, com o objetivo de reorganizar o povo do campo, como a associação APAVIM (Associação Parque Agro-ecológico de Vila Moiraba). Que foi administrada por pessoas mal-intencionadas, aproveitando-se da falta de informações e da bondade dos associados, o que contribuiu para complicar ainda mais a vida moradores da vila, eram projetos mal elaborados com financiamentos bancários. O descaso da coordenação influenciou a comercialização da maior parte da produção de abacaxi, feijão e mandioca, levando a maior inadimplência já vista em nossa vila. A mesma foi desativada, os bens adquiridos desapareceram e ficaram apenas as dívidas junto ao banco.

Hoje a fonte de sobrevivência é diferente, contamos com um grande número de funcionários públicos, aposentados e programas do governo, como Bolsa Família e o Seguro Defeso – caça e pesca. Apenas algumas pessoas ainda trabalham na lavoura branca e na produção de carvão para ajudar no orçamento da família.

## **2.8 MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSOCIAÇÕES COMUNIDADE DE VILA SÃO BENEDITO**

Ao longo do tempo, nosso povo foi dominado pelos brancos, no caso da nossa região, se deu pela família “Cota”, mas dentro de suas manifestações buscou uma forma de organização. Essa organização tinha como objetivo obter controle de suas atividades. Diante de muitas lutas, em uma época que ficou marcada como um período de escravidão em nossa vila. Passaram necessidades, mas de acordo com as possibilidades disponíveis, organizaram-se em todos os sentidos. Na parte religiosa, criaram uma coordenação que passou a ter controle e organizar as festas do padroeiro e outros movimentos sociais para o bem-estar geral da população. A igreja teve um papel fundamental no desenvolvimento desses movimentos.

Surge então a partir daí o “movimento das mulheres”, que por muito tempo desenvolveu atividades importantes, tanto na parte religiosa quanto econômica, onde dominaram por muito tempo obtendo grandes conquistas. Uma delas foi a horta das mulheres, que produziam e vendiam a produção que eram investidas nas famílias; além, da criação da fábrica de rede artesanal que também foi importante na vida das pessoas; a construção da granja comunitária, a criação do grupo de trabalho da lavoura, os responsáveis pelo convidado (lap-lap), a organização da Pastoral da Juventude que passou a revolucionar, tanto o domínio de todas as atividades, a criação do sindicato dos trabalhadores do campo, a conquistar os seus direitos, criação de associações, como a “APAVIM”, quando foi desenvolvido o projeto de lavoura branca consorciado e a conquista das casas próprias para as famílias que não tinha casa.

E a ASFAM (Associação Familiar), uma associação que teve um empenho direto na conquista da construção do Centro Comunitário em alvenaria, nesse período percebeu-se uma grande união das famílias que se responsabilizaram por todo o trabalho pesado sem remuneração (trabalho voluntário), na ocasião receberam o apoio direto da prefeitura de Cameté, ASFABS (Associação dos filhos e amigos de São Benedito), responsável por todo o trabalho de reforma da igreja e construção da nova frente da igreja mobilizando novamente o trabalho voluntário e desenvolvendo outras ações como: doação de brinquedos para as crianças carentes e outras. Também tivemos muitas lutas dentro da organização educacional onde conquistamos a construção do novo prédio contando com transporte escolar e a criação do Conselho Escolar onde desenvolve diversas atividades como a manutenção estrutural, horta escolar, criação de jogos e desenvolve o trabalho de apoio na educação em geral.

Atualmente temos a associação de remanescente de quilombos, que sem dúvidas tem um dos maiores projetos de organização e desenvolvimento para nossa comunidade, que contribuirá tanto para os aspectos financeiros quanto para o educacional. Através dessa associação lutaremos para conquistar cada vez mais nosso reconhecimento.

Hoje a associação quilombola tem um projeto grandioso em parceria com a Universidade Federal do Pará, que vai melhorar a parte financeira da comunidade, com a criação de um Pólo Universitário que com certeza irá beneficiar muito para o desenvolvimento desse povo. (Haroldo Lobo de Jesus)

Portanto, com a criação da Associação de Moradores e agricultores de vila São Benedito, a comunidade obteve grandes avanços no que se refere a melhorias para o povoado. Foi através da Associação que os moradores conseguiram a energia elétrica, o sistema de abastecimento de água, diretamente nas casas e financiamento de vários projetos agrícolas, e a projeto minha casa, minha vida, que ajudou muitas famílias da comunidade.

## **CAPITULO III**

# **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA: ESCOLA GRACINDA PERES VILA DE SÃO BENEDITO**

### **3.1 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA GRACINDA PERES**

Aos poucos e com muitas dificuldades nosso povo passou a ter acesso a educação ou algo que era chamado de educação, os alunos não aprendiam a ler e a escrever, freqüentavam as casas de dona Maroca e dona Zolina para aprender o básico para sobreviver ou saciar os interesses de seus senhores, aprendiam como cuidar de peixes, bordarem, costurar, limpar casa, lavar louças, lavar roupas e cuidar da lavoura, isso se repetiu por um longo tempo até passarem a ter acesso às primeiras letras do alfabeto, tratava-se de uma educação tradicional onde as regras eram muito bárbaras nas punições de um aluno, ainda sim, era obrigado a freqüentar ou se tornava um analfabeto, que era a realidade da maioria da população.

Nesse sentido, podemos dizer que, historicamente a Educação Rural vincula-se ao projeto de sociedade da classe dominante que, no campo se traduz pelos latifundiários, pois sua gênese social “está na base do pensamento latifundista, empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem”. (Molina Fernandes, 2004 p. 62)

Com a chegada de um professor chamado professor Moraes, a educação passou a ter mais eficiência, porém sempre dentro de um regime tradicional até alcançar o seu ápice dentro das condições propícias no momento que era estudar até o 4º livro, em seguida os filhos daqueles que tinham melhores condições financeiras deixavam o campo para estudar na cidade e a maioria encontrava grandes dificuldades no acesso a escola.

Muitos foram estudar nas cidades não conseguiram terminar seus estudos, pois, eram obrigados a conciliar a educação com o trabalho o que se tornava cansativo e levando a desistência escolar.

Segundo Silva, “a educação brasileira, desde o seu início até o século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural” (SILVA, 2004, p.1). Isso infelizmente foi nossa realidade até pouco tempo atrás, tanto que boas partes das pessoas que concluíram o ensino superior que são descendentes direto dessa geração, só

terminaram a partir dos 35 anos, quando os que fazem parte da elite já têm uma carreira formada.

Com o passar do tempo foi construído a primeira escola com apenas uma sala de aula e uma pequena secretaria, mesmo assim muitos pais continuaram mantendo seus filhos em escolas particulares que funcionavam em casas de professores que tinham ligações diretas com o estado sem vínculo com o município. Podemos destacar a professora Margarida Machado Cotta, conhecida como Dadá Cotta que usava métodos muito rudes com os alunos, “batia” com um pedaço de madeira, usava a chamada palmatória, usava grãos no chão para ajoelhar as crianças em cima, usava até a sola de seus sapatos para bater como castigo e outras ações incabíveis a metodologia educacional e isso levou muitos a abandonarem a escola.

Temos como destaque nesse período uma professora que conseguiu organizar a educação em nossa vila que foi a professora Rosa Pinto que sem dúvidas trouxe novas expectativas educacionais para essa região conseguindo alfabetizar a maior parte da população mantendo viva a esperança em um povo sofrido que tinha por garantia seu único direito que era trabalhar na lavoura. Devemos citar também que essa professora tinha em seu currículo apenas a 3ª série o que na época era um grande feito para quem conseguia chegar a essa conclusão.

### **3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA GRACINDA PERES**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Gracinda Peres atende a uma clientela de estudantes de todas as classes sociais, principalmente daqueles de baixa renda, que recebem benefícios sociais. Nesses estudantes pertencentes à classe de baixa renda, percebe-se um alto índice de desinteresse pela leitura e escrita. Quanto às atitudes em sala de aula, os problemas são comuns, como em todas as escolas: problemas de indisciplinas, desrespeito aos colegas, desatenção e desinteresse. A escola usa de todos os meios que dispõem, porém, na maioria das vezes, os problemas começam nas famílias desestruturadas e sem perspectiva de vida para o futuro. Atualmente a EMEF Gracinda Peres está inserida em uma comunidade quilombola, com certificado concedido pela Fundação Cultural Palmares em 2013.

A Escola vem consolidando sua história, em consonância com os aspectos educacionais, sociais, culturais e ambientais expressos no dia-a-dia nos contextos em que se encontra inserida. A EMEF Gracinda Peres surgiu do esforço dos habitantes da vila de São Benedito de Moiraba que acreditavam na educação como um elemento importante para todos

que aqui residiam. Apesar de serem poucas famílias, com situação financeira precária, a maioria vivendo somente da lavoura e pesca, a comunidade sempre se preocupou em oferecer e fazer o melhor pelos seus jovens (mas sempre se preocupando em fazer o melhor para seus filhos). Com muito empenho, pais e avós faziam de tudo para que houvesse estudos, em vista a um futuro melhor, já que eles mesmos não tinham tido a oportunidade de estudar.

Portanto, os pais e avós que tinham interesse que seus filhos estudassem logo engajaram em buscar conhecimentos para seus filhos. Nessa época, quando as crianças precisavam aprender uma profissão, os pais as mandavam para casa de uma pessoa que soubesse alguma profissão para aprender e assim logo conseguir um trabalho. Nesse período as aulas eram ministradas nas casas de particulares, pois não havia escolas bancadas pelo Município de Cameté. Os professores que trabalhavam com esses alunos eram pessoas com pouca formação pedagógica; em alguns casos, eram professoras normalistas que vinham de outras localidades, já com remuneração do governo da época. Entre 1936 a 1968, as escolas funcionavam com aproximadamente 60 a 100 alunos por turma, sem separação de classe, pois atendiam os alunos do local e das demais localidades vizinhas.

Com o passar dos tempos, surgiu à necessidade de implantar uma escola que pudesse suprir e acolher as crianças em ambiente mais adequado e especificado. E assim, por volta de 1956, com a intensificação da política partidária nesta localidade, a população teve a oportunidade de se envolver e assim conhecer os políticos que compareciam em campanha. Em 1958, a população se organizou para requerer seus direitos através do político Gerson dos Santos Peres, dentre os quais apelou pela melhoria do ensino e o desejo da construção de um prédio escolar para atender os alunos desta localidade.

A construção desta escola ocorreu inicialmente com a compra de um espaço da senhora Maria Paulina Pinto Cotta, (Nhá Maroca Cota). Este espaço foi escolhido para a construção da tão esperada escola, situado na esquina das ruas 15 de novembro e São Benedito, no ano de 1970. A escola possuía uma sala de aula, uma copa, um banheiro e um poço artesiano, porém não tinha água encanada. Assim permaneceu por muitos anos e foi sofrendo mudanças diante da política e organização dos moradores, juntamente com a professora que já trabalhava na época.

A escolha do nome da escola foi discutida desde sua construção e levou em conta não apenas aspectos políticos, mas também valores que atravessavam o processo de efetivação daquela instituição. A idéia era de prestar homenagem à dona do casarão que dera origem da escola. Entretanto, pelo fato de ela ser semi analfabeta, não seria coerente ter uma escola com seu nome. Prevaleceu o argumento político: escolheu-se alguém que possuía pouca ou nenhuma

relação com a vila, mas pode passar uma imagem de boa formação à instituição, que simboliza o sujeito polido, alfabetizado, instruído. Mais do que isso, prevalece à velha prática política de gravar nomes de políticos ou de seus familiares em instituições públicas, como se ali houvesse um favor para que o povo nunca apague da memória: a cultura letrada. A escola passou a ser chamada de “Gracinda Peres”, nome da esposa do político Gerson dos Santos Peres. Completam-se, assim, as duas culturas hegemônicas, incluindo a político-partidária gerenciando as decisões a respeito da institucionalização da escola até porque, em termos de construção, a participação da comunidade foi muito relevante.

Esse prédio sofreu grandes transformações e ampliações em sua estrutura físicas, atividades profissionais e desenvolvimento em aprendizagem. Dentre as ampliações, a escola passou a ter quatro salas de aula, uma secretaria, uma copa, banheiro masculino e feminino no mesmo espaço e, com isso, ocorreu o fato de que não havia mais espaço para ampliação de mais salas e outras necessidade que vinham surgindo no desenvolvimento escolar. Esses fatos ocorreram no período de 1970 á 2006 quando houve a preocupação de risco para os alunos e funcionários.

E assim voltou novamente o grande conflito entre as famílias, políticos e funcionários para a mudança do local da escola com várias versões: uns defendiam que a escola já apresentava perigo a todos os discentes por conta da proximidade da ladeira e do trapiche. Algumas crianças correram risco de morte ao brincar naquela redondeza durante o recreio; outros diziam que a estrutura antiga não suportava mais a clientela e, por ser bastante antiga e já precisava de um número maior de vagas, e a escola precisava ser ampliada ou dar lugar a uma escola nova em outro local. Essa discussão continuou sobre o local escolhido, pois o mesmo ficava próximo ao cemitério e isolado, alegando-se que esse local alagava durante a época das chuvas. Assim ocorreu a grande disputa pela localização da nova escola até que, certo dia, a antiga escola foi demolida; por volta de 2006, os funcionários passaram a trabalhar em dois espaços cedidos para a prefeitura, o centro comunitário e o espaço chamado *botecão*, onde funcionou até a construção da nova escola, em outro local citado abaixo.

Atualmente a EMEF Gracinda Peres está localizada na rua Apavim número 193, em Vila São Benedito de Moiraba, Município de Cametá, construída a partir do ano de 2006 a 2008, sendo inaugurada em 08 de junho de 2008. A Escola atende à clientela de maternal ao ensino médio, reconhecida pelo MEC, com o código15072681. A estrutura física da escola é composta por seis salas de aulas, um adio sala de professores, uma copa, um espaço contendo oito banheiros sendo que dois adaptados para alunos com necessidades especiais, com rampa para cadeirantes, um depósito de merenda escolar, uma sala para material de higiene, uma

lavanderia, uma sala para arquivo, uma secretaria e uma quadra poliesportiva descoberta. A equipe administrativa da escola é composta pelo diretor, coordenadora pedagógica, secretária, agente administrativo, 20 professores, 13 agentes de apoio e segurança e 270 alunos, todos comprometidos e contribuindo para o bom andamento de ensino e aprendizagem.

A EMEF Gracinda Peres, em sua nova estrutura, não foi projetada para receber centrais de ar; aos poucos, ventiladores bem como a iluminação são deficientes; não possui auditório para reunião, laboratório de informática, biblioteca; as carteiras não são padronizadas para educação infantil e a quadra de esporte sem cobertura inviabiliza as aulas de educação física nos dias de chuva.

O material necessário com recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) nem sempre é suficiente para suprir as necessidades da escola, obrigando a equipe diretiva da escola, junto com o conselho escolar, a buscar soluções para suprir as carências de materiais para o ano letivo.

Importante destacar que a escola vinha seguindo o modelo educacional proposto pelo MEC, trabalhando o letramento nas diversas áreas do conhecimento, (pois é um método novo para ser aplicado em sala de aula, junto aos educandos). Segundo o regimento escolar, A EMEF Gracinda Peres é regida pelo regimento escolar unificado para rede Municipal de Cametá-Pará. O regimento escolar, conforme o artigo 1: fica aprovado a partir do ano letivo de 2015 o regimento escolar unificado para rede Municipal de ensino mantida pela secretaria de educação de Cametá-Pará, que normaliza através de seus cento e vinte artigos (120) artigos, a educação básica nos dois níveis, educação infantil, ensino fundamental e suas modalidades, à luz da lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, lei de diretrizes de base da educação nacional. O mesmo artigo cita que as unidades educativas da rede pública e Municipal regem-se ao técnico e administrativamente pela Secretária Municipal de Educação, sua entidade gerenciadora, tendo a Prefeitura Municipal de Cametá CNPJ 05.285/0001-05, como mantenedora em andamento à legislação vigente.

### **3.3 FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO**

Vila de São Benedito é uma das comunidades que hoje compõe as numerosas comunidades remanescentes de quilombos espalhadas por todo o Brasil. Em 2010 através do Sr. Haroldo Lobo de Jesus (Militar da reserva, aposentado) e o professor Raimundo Garcia

(professor aposentado UFPA) – conhecido como Professor Cota formado em “Economia Política”, se formou no EUA. E logo mais também tiveram a colaboração do Professor Domingos Conceição (secretario de cultura do governo de Ana Julia). Os estudos se iniciaram a respeito da história da vila, e o conhecimento político do professor Cota acelerou a pesquisa.

Associação foi fundada em 13 de março de 2013 – “Associação de Moradores e Agricultores Remanescente do Quilombo de São Benedito”. Em 05 de dezembro de 2014, a Fundação Cultural Palmares, enviou representantes a vila para entregar a declaração de Auto definição Como Remanescente de Quilombo, levando em relevância a definição antropológica da Associação Brasileira de Antropologia de 1989 para esse agrupamento é: “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo de cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”. Tornando-se a Comunidade remanescente quilombola mais nova do Estado do Pará.

Essa conquista veio através da persistência, e do esforço dos pesquisadores, pois havia vários fatores que levavam para o impedimento, como: comunicação, localização, e deslocamento precário.

Na comunidade são poucas as famílias que possuem grandes áreas de terra, mas todos têm sua pequena área de trabalho rural, muitos se posaram dessas áreas outras herdaram de seus parentes, com isso não há grandes conflitos entre esses proprietários.

O nome da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombo São Benedito (AMARQUISB).

Figura 5: Certidão de Auto Definição (Fundação Cultural Palmares)



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

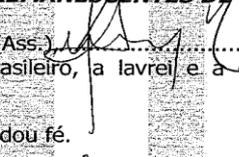
**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.013572/2013-01 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO**, localizadas no município de Cametá/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro nº 2.179, fl.198, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Alexandro Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **05 de dezembro de 2014.**

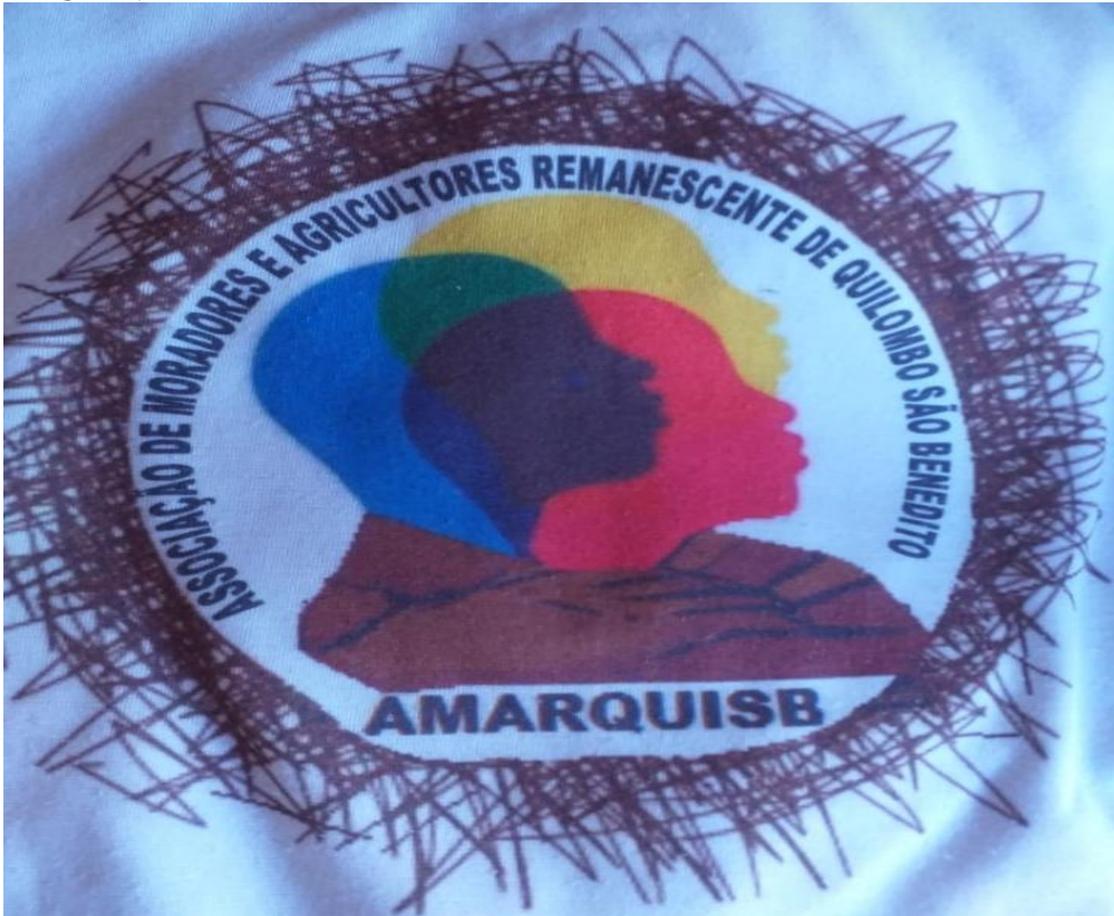
O referido é verdade e dou fé.

  
**José Hilton Santos Almeida**  
 Presidente  
 Fundação Cultural Palmares - FCP

SGAN Qd. 601 Norte - Lote L - Ed. ATP - Brasília/DF  
 CEP: 70830-010 Fone: (61) 3424 0101 site: www.palmares.gov.br

Fonte: Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombo São Benedito

Figura 6: Brasão da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombo São Benedito (AMARQUISB)



Fonte. Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombo São Benedito

A comunidade está no distrito de Cameté, sendo a mais recente comunidade a ser reconhecida como quilombola e representada pelo atual presidente da Associação o senhor Ronaldo Rodrigues Pinto. Através desse título a comunidade obteve sua regularização fundiária e passou a ser reconhecida enquanto comunidade quilombola. Durante o período que antecede a titulação, o povoado era conhecido apenas como Vila de São Benedito de Moiraba.

Embora a titulação e o reconhecimento da comunidade Remanescente de Quilombo de São Benedito tenham ocorrido em 2013, e mesmo com a certificação de palmares a associação remanescente de quilombo de São Benedito luta pela titularidade territorial em mãos desde ano 2014 frente ao ITERPA (Instituto de Terras do Pará), à luta pela legalização início muito antes. Foi um processo lento e demorado assim como várias outras comunidades quilombolas que ainda hoje esperam pela titulação de suas terras. O que são quilombolas “São grupos étnicos—predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana —, que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais

próprias (INCRA, 2006), e, portanto, e a própria comunidade que se auto reconhece “remanescente de quilombo”.

Portanto, podemos dizer que a comunidade de São Benedito é um espaço de luta pela vida, ancestralidade, memória, conhecimentos tradicionais, formas de cura e de cuidado faz parte do processo de construção da identidade dos quilombolas. Desde o decreto 4.887/032 que as comunidades quilombolas são definidas através de critérios de auto definição identitárias e reconhecimento de suas heranças ancestrais na escravidão. O Art. 3º diz que “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade”. A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à idéia de pertencimento que vai além do parentesco e do sangue, portanto se baseiam no compartilhamento de valores, costumes e experiências.

Num processo intrinsecamente ligado a um histórico de resistência, construído de acordo com as especificidades locais, regionais, políticas e culturais de cada comunidade quilombola. Entendidas como comunidades tradicionais, a construção da identidade e as diferentes formas de organização e luta (seja ela política, seja ela cotidiana) fazem parte da noção de pertencimento e laços grupais construídos pelos quilombolas. Além disso, o fato de serem grupos classificados como negros e de assim se autodenominarem traz elementos mais complexos a essas identidades.

As comunidades quilombolas na luta pelos direitos a terra, ao território, a memória e aos conhecimentos tradicionais vivem as mais diversas situações de racismo, no cotidiano na relação com os grandes proprietários de terra e nas escolas. É importante considerar que, além das formas mais conhecidas de expressão de racismo, há o racismo ambiental. Portanto, a discriminação e o preconceito raciais são elementos que compõem as cenas e situações de violência que essas comunidades enfrentam quando lutam pelo direito ao reconhecimento para adquirir a titulação de suas terras. Aos embates enfrentados pelos quilombolas na luta pelos reconhecimentos como sujeitos e cidadãos e pelo direito a terra e ao território somam-se olhares, perspectivas e discursos racistas. Tal situação exigiu que as organizações quilombolas passassem a compreender melhor e a inserir a luta contra o racismo nas suas demandas e reivindicações. Essa inserção é também mais um aprendizado no interior das próprias comunidades e tem possibilitado maior aproximação entre o movimento quilombola e as organizações do movimento negro.

Por isso, não se pode dissociar a identidade quilombola dos processos complexos de construção da identidade étnico-racial no Brasil. Entendendo sempre que todo e qualquer

processo indenitário é dinâmico, mutável, interage com outras identidades, possui dimensão relacional e está ligado às noções de pertencimento (PARECER- 14. 2012).

A história dos quilombos não se limita apenas a resistência à escravidão. Ela está imersa nos processos de resistência ao padrão de poder, apropriação, expropriação da terra, imposto aos africanos escravizados e os seus descendentes. Os povos quilombolas têm a persistente entre sua história e as lutas pela manutenção de seus territórios. Nessa tensa relação, têm construído e afirmado a sua consciência do direito à terra e ao território e, nesse sentido, aproximam-se das lutas dos movimentos sociais do campo (PARECER-16-2012).

Portanto, com a criação da Associação Remanescente de Quilombolas de São Benedito, fez um levantamento das propriedades legalizadas, ou seja, título de posse no ITERPA (Instituto de Terras do Pará), e constatou que nenhuma dessas áreas estava com título legal no ITERPA. Assim gera dentro da comunidade pequenos conflitos, pois dizem que a associação com o título de território Quilombolas, iria tomar posse das terras dessas famílias de maior área de terra. A noção de “terra” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido pelo estado (GALLOIS, 1994 p. 34). Terra é aquilo que é indispensável para a construção do território, conceito mais amplo. É o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (LITTLE, 2002).

Segundo Ratts (2003, 2004), o território quilombola se constitui como um agrupamento de pessoas que se reconhecem com a mesma ascendência étnica, que passam por numerosos processos de mudanças culturais como formas de adaptação resultantes do processo histórico, mas se mantêm, fortalecem-se e redimensionam as suas redes de solidariedade. A terra, para os quilombolas, tem valor diferente daquele dado pelos grandes proprietários. Ela representa o sustento e é, ao mesmo tempo, um resgate da memória dos antepassados, onde realizam tradições, criam e recriam valores, lutam para garantir o direito de ser diferente sem ser desigual. Portanto, a terra não é percebida apenas como objeto em si mesmo, de trabalho e de propriedade individual, uma vez que está relacionada com a dignidade, a ancestralidade e a uma dimensão coletiva. Há que se considerar, portanto, as distinções entre terra e território quando pensamos a questão quilombola. Em um território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. É o caso da sociedade brasileira. (SANTOS, 2007). Portanto, pensar a questão quilombola e o território é compreender a forma complexa como se entrelaçam direito, autodeterminação dos povos e superação de desigualdades. Para as comunidades quilombolas, a questão fundiária incorpora outra dimensão, visto que o território tradicional – espaço

geográfico-cultural de uso coletivo – diferentemente da terra, que é uma necessidade econômica e social, é uma necessidade cultural e política, vinculado ao seu direito de autodeterminação. (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2005).

Portanto, não se deve fazer uma relação dos quilombolas com a terra e o território, sobretudo as comunidades rurais. É importante levar em conta que estamos no século XXI, levando em conta isso ainda encontramos na comunidade remanescente de quilombo de São Benedito, principalmente os jovens que vivem nesse espaço, expectativas diferentes no que diz respeito ao próprio quilombo, a relação com a terra e sua permanência nela. As mudanças decorrentes da história, dos valores, da busca pelo trabalho, das possibilidades de outras inserções no mundo interferem nesse processo. Alguns jovens da comunidade, por exemplo, buscam novos mundos, outra relação com a terra e o território, lutam pela continuidade dos estudos, pela inserção em outros postos de trabalho que vão além do mundo rural ou de uma vivência muito interna à própria comunidade. As novas gerações de quilombolas vivem no mundo contemporâneo e, mesmo com limites impostos pelas condições de desigualdade por eles experimentadas, muitos têm acesso às novas tecnologias, circulam em outros espaços socioculturais e geográficos, entram em contato com outros costumes e valores diferentes da sua comunidade.

Há também movimentos diferenciados quando os jovens criam projetos de geração de renda e projetos culturais diversos, lançando mão da recriação de técnicas e costumes ancestrais adotadas historicamente pela comunidade ou ainda praticam e difundem a cultura viva do próprio quilombo como forma de afirmação e valorização identitária. Fazem a opção por permanecerem nas suas comunidades participando dos seus valores e tradições e, ao mesmo tempo, dialogando com as mudanças do nosso tempo. As mudanças na vivência dos quilombolas demonstram a sua capacidade de atualização. Nesse sentido, a escola Gracinda Peres precisa saber dialogar e compreender a complexidade dessa realidade. É possível, portanto, ser quilombola, viver em uma comunidade quilombola, apropriar-se das mudanças do nosso tempo sem desprezar valores, tradições e cultura.

Portanto por essas questões, muitos moradores da comunidade passaram a se resistente e não querer auto declarar quilombola, segundo o senhor Zito Mauricio morador da comunidade afirma que “A maioria da comunidade se colocou como resistência, pois não se tinha conhecimento, sobre o assunto acredito que se auto declara quilombola ia perder a minha terra”, pois de acordo com o atual presidente da associação “a primeira gestão da associação não fez o esclarecimento do assunto, deixou muita coisa em aberto”. A associação Percebendo que a maior resistência das famílias era sobre a não clareza sobre o assunto e estavam com medo de

perder as terras, pois achavam que associação iria tirar a terra de todo mundo, com a vinda de um pessoal da casa civil e falaram que o território é coletivo para todos que auto se declarar e fazem parte da associação, participam das reuniões, das tarefas. Porém, os terrenos que tem de família dentro do território esse tem que ser respeitado esse ninguém meter a mão. Segundo o presidente da associação “era isso que faltava esclarece para o povo”. A partir daí associação passou a trabalhar com reuniões setorizadas, fazendo reuniões em pequenos setores para abranger todo mundo, o número de moradores a se associar começou a triplicar.

A luta da associação remanescente de quilombo São Benedito pela legalização da terra frente ao ITERPA, órgão do estado responsável pelo assunto. Vale ressaltar que a partir da Constituição Federal de 1988, devido à mobilização do movimento negro no País, a questão quilombola passou a fazer parte das políticas públicas brasileiras. O Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.

Esse conceito na análise de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011 p.64):

E quando surge a menção na Constituição de 1988, cem anos depois, o quilombo já surge como sobrevivência, como remanescente. Reconhece-se o que sobrou, o que é visto como residual, aquilo que restou, ou seja, aceita-se que já foi. Jugo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Em outras palavras tem que haver um deslocamento. Não é discutir o que foi, mas sim discutir o que é e como esta autonomia está sendo construída historicamente. (ALMEIDA, 2011 p.64)

Mais apesar desse reconhecimento pela constituição, existe outro fator que dificultou o processo de resistência de algumas famílias pelo não reconhecimento dos remanescentes quilombolas, pelo fato de sentirem-se envergonhadas por ser descendentes de quilombos, então não concordava pelo conceito de terra coletiva, devido à falta de conhecimento do assunto, pois tinham a mentalidade de que haveria o resgate do período da escravidão.

Nos dias de hoje a comunidade ainda enfrenta muitas dificuldades para o reconhecimento de suas raízes. Entretanto, olhando essas situações a Associação usa de diversos mecanismos para conscientização dos moradores como: Palestras, e principalmente trazendo especialistas no assunto para aprimorarem a formação dos professores que atuam na Vila, pois os mesmos não receberam uma formação acadêmica qualificada no que se refere a História e cultura Afro-Brasileira. De acordo com o presidente da Associação uns dos pontos mais interesse para buscar reforçar a identidade quilombola, seria sem dúvida trabalhar o

Projeto Político Pedagógico quilombola na escola que foi construindo justamente para reforçar a identidade quilombola,

Segundo Da Silva (2010), para a construção do projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola, um passo fundamental é elaborar um diagnóstico da realidade, num processo que envolva as pessoas da comunidade e as diversas organizações existentes no território. Identificar o que elas pensam sobre educação e como a educação pode influenciar no seu modo de existir, na sua forma de vivenciar o presente e definir o futuro. Para realizar o diagnóstico, é necessário fazer algumas perguntas iniciais sobre a comunidade na qual a escola se insere, tais como: Quem somos? Onde estamos? Como vivemos? Há quanto tempo vivemos nessa comunidade? Quem são nossos ancestrais? Quais são os conhecimentos que aprendemos na vivência cotidiana da nossa comunidade? Há perguntas sobre a própria escola: Qual é a escola que temos? Qual é a escola que queremos? O que aprendemos na escola e que tem relação com o que aprendemos em nossas comunidades? O que aprendemos na escola e nos ajuda a compreender melhor a nossa história? E também nos ajuda a compreender melhor a sociedade em que vivemos? Quem são os professores e as professoras da nossa escola? Como lidam com a nossa comunidade?

Foi a partir dessas perguntas que surgiu a idéia de elaborar esse projeto, pois foi construindo por pessoas capacitadas, tem os objetivos que abrange nossa realidade hoje, pois o Projeto político pedagógico estava voltado para o quilombo, para primeiramente a comunidade conhecer a sua própria realidade e depois do outro, mais isso não acontece sabe que estudar desde Grécia antiga, até chegar à realidade do aluno e segundo a direção da escola levou esse Projeto para a secretaria de educação em Cametá e segundo a diretora da escola Gracinda Peres falaram que a escola está em um território quilombola, mais a escola não era quilombola, e por forçar política esse Projeto está engavetado, e isso acabar dificultado mais o reconhecimento da identidade quilombola, pois quando se trata de educação um parceiro seria a escola Gracinda Peres e a única escola da comunidade e família reforçando seria um trabalho em conjunto daria certo, mais de acordo com o presidente da associação essa força da escola a associação não tem, pois o pessoal principalmente da coordenação escola e resistência.

Compreende-se que a escola quilombola deve estimular os estudantes remanescentes, bem como toda a comunidade a compreender e lutar por seus direitos na construção de uma consciência de seus direitos como quilombolas, sendo eles; direitos às identidades étnico-raciais, a terra, ao território e à educação. Assim, no espaço escolar quilombola há que se colocarem no projeto político pedagógico, conceitos sobre identidade fundamentado nas memórias, tradições, histórico de resistência e violência na vivência da comunidade, portanto

as escolas remanescentes de quilombo trabalhem em seu currículo os aspectos voltados para a educação quilombola, objetivando o empoderamento dos membros dessa comunidade, proporcionado a continuidade da cultura de seus ancestrais (CAMPOS, 2017).

### 3.4. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA GRACINDA PERES

Outro motivo pela desvalorização da identidade quilombola seria a má formação de professores, segundo uma professora ela relatou que os outros professores não trabalham a questão quilombola na escola, pois para professores apenas a professora da área história tem a capacidade para trabalhar essa questão, mais a professora relatou que não teve a formação adequada, pois no período da sua graduação a questão quilombola não era debatida como e hoje, e também hoje a secretaria de educação de Cametá não oferece esse formação aos professores e a professora relatou que caro para ela ir buscar formação, pois só tem em Belém, e também algo que acontece que muitos professores da escola Gracinda Peres são de fora da comunidade isso acabar não tento o interesse desses professores pela realidade da comunidade, como agente pode observar na tabela abaixo:

Quadro 1: Professores da escola Gracinda Peres

Adelcio do Carmo Fiel	Vila São Benedito
Aldair do Carmo	Vila São Benedito
Altair Alberto Lobo de Jesus	Vila São Benedito
Cecília Carvalho silva da Cruz	Vila São Benedito
Clara Cristina Costa Cruz	Mocajuba
Evagrio Clarindo Junior	Vila do Carmo
Iêda de Fátima P. Barradas	Mocajuba
Maria Oscarina M. de Oliveira	Mocajuba
Luis Carlos Costa Lisboa	Vila São Benedito
Luis Veloso Rodrigues	Mocajuba
Maria Iraneide Silva Moreira	Vila São Benedito
Manoel Natalino B. valente	Mocajuba
Oneide de Jesus R. Sacramento	Baião

Paulo Nataly Barbosa Vieira	Mocajuba
Rosely Viana dos Santos	Mocajuba
Sebastião Junior Moreira Lopes	Mocajuba
Messias Lisboa Barroso	Aripíjo
Simone Gonzaga Moraes	Vila São Benedito
Suelison Everton dos Santos	Tailândia
Raquel da Silva Almeida	Igarapé-Miri

Fonte: Elaborada pelo autor

De acordo com a tabela na escola tem no total de 20 professores sendo 7 professores da comunidade de São Benedito e 13 são de municípios vizinhos, mais o relato da diretora da escola chama atenção que os próprios professores da comunidade não se interessam em trabalhar a questão quilombola na sala de aula, muitos por falta de conhecimento outros por não se reconhecer quilombola.

Nas diversas regiões do país, muitos docentes que atuam em escolas localizadas em territórios quilombolas rurais residem em área urbana e mantêm pouca ou nenhuma relação com essa realidade. É possível que, mesmo aqueles que atuam em escolas localizadas dentro ou próximas aos quilombos, desenvolvam a sua prática profissional sem conhecer a realidade histórica, social, cultural e política quilombola na qual atuam. Os processos de formação inicial e continuada de professores da Educação Escolar Quilombola deverão cobrir o complexo quadro dessa modalidade de educação. Caberá a eles garantir aos docentes que atuam nessa modalidade condições dignas e jornada de trabalho na forma da lei. Para tal, a colaboração entre os sistemas de ensino se apresenta como uma necessidade.

Portanto como podemos perceber a comunidade passam por um período de construção dessa identidade quilombola mais hoje ainda a resistência sobre o auto-reconhecimento da identidade quilombola um dado muito interessante e que 70% da comunidade não se reconhece quilombola, mais quando e para a declaração para fazer o processo seletivo especial 100% da comunidade buscar a associação ir buscar da declaração (Presidente da Associação), vamos analisar e no momento da apresentação principalmente os jovens ainda tem vergonha de se apresentar como quilombola, ao chegar na escola são poucos que se apresentar como morador de uma comunidade e quilombola ainda estão na resistência, por vários motivos e ainda falta certo esclarecimento chega à escola e ir na sala de aula e pedir rapidamente para o todos os alunos se apresentar da comunidade que são, o que participa, o qual trabalho desenvolve, algumas coisas básicas podemos perceber como as pessoas se reconhece, Segundo o presidente

a associação teve uma prova de como a comunidade se auto identifica com o ITERPA veio fazer o castrado na comunidade mais de 75% das famílias se declararam pescadores com medo de declarar quilombola, estavam com medo de perder a pesca e o território, hoje se for fazer uma pesquisa num aberto o povo ainda tem medo, mais se for em casa em casa, se auto reconhece.

Portanto para Frederick Barth (2000), a identidade étnica não deve ser entendida a partir de características pré-estabelecida pensada “de fora” de uma dada comunidade, mas sim a partir de seus sinais diacríticos (Vestimentas, Rituais, Língua, ou caso dos quilombolas de São Benedito, a caça e a pesca, o samba de cacete, e a devoção a São Benedito), que são eleitos pelos próprios membros da comunidade como elementos que os diferenciam modo de vida ocidental. “Tal diferença cria o que Barth chama de ‘fronteira’ – diferença entre “nós” e os outros”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posteriormente ao termino do ciclo da escravidão, as famílias portuguesas se dispersaram, deixando para trás os negros que escravizaram. Estes negros foram responsáveis pelo desenvolvimento de muitas comunidades que em muitos casos se tornaram Comunidade Remanescente de Quilombo. Nas diversas comunidades quilombolas do Brasil é possível observar a consciência de ter sua origem associada aos vários processos de resistência à escravidão negra, no passado, e à luta pelo território, pelas suas especificidades históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, e pela identidade étnica.

Das questões que nos moveram ao estudo estava à preocupação do fortalecimento da identidade quilombola na comunidade de São Benedito, e analisar como as práticas da associação e da escola viabilizam a construção da identidade quilombola dos alunos e moradores. Portanto se apoiou principalmente em observação no ambiente escolar e na comunidade e entrevistas com moradores e alunos e professores da comunidade.

Primeiramente realizamos uma revisão da literatura a respeito da temática e no outro momento partimos para o trabalho de campo no qual no mesmo período fomos para as entrevistas.

A partir daí, observamos que os habitantes do lugar podem colaborar para que a sua comunidade passe a conhecer e a valorizar seus saberes que em têm suas origens nos primeiros povoadores negros aquilombados que se instaram na região de Cameté, assim como uma maneira de assumirem uma identidade negra por vezes silenciada

Neste sentido, o presente trabalho preocupou-se em verificar o aspecto do fortalecimento da identidade quilombola nos moradores e alunos da comunidade de São Benedito. A partir disso constatou-se que a identidade dos moradores e alunos dessa comunidade, segundo Hall (2006), ainda está em constante processo de formação. A identidade consubstanciada em valores de seus ancestrais negros está sendo reconstituída. A busca por essa Negritude, de forma consciente ainda é muito recente entre os moradores do povoado aqui analisado. Essa identidade de matriz africana, está diretamente relacionada às reivindicações de seus direitos historicamente negados, principalmente no que se refere a demarcação ou titulação de suas terras.

Através da pesquisa observamos que há uma necessidade imediata que haja a implementação da educação quilombola na escola, visto que embora a escola está no território quilombola, mais não é considerada uma escola quilombola, pois os saberes locais passam

despercebidos na escola. Não percebemos nenhum conteúdo específico que viesse ao encontro das diretrizes propostas para as escolas quilombola, nesse sentido se criou um Projeto político Pedagógico, para trabalhar na escola mais infelizmente até os dias atuais esse projeto está arquivado, pois dessa forma facilitasse a construção de uma identidade quilombola entre os alunos mesmo aqueles que se auto declaram negros, pois os professores em suas práticas pedagógica ainda é tímida a introdução de conteúdos voltados para os alunos quilombolas e sentem a necessidades de uma formação mais adequada. Dessa forma, o trabalho pode se constituir em um parâmetro para os educadores quando o objetivo for trabalhar com a história, cultura e saber local e ao mesmo tempo uma forma de rever sua prática afim de que a educação quilombola seja construída.

Deve-se considerar, portanto, que as comunidades quilombolas são espaços onde se inscrevem experiências significativas que podem potencializar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por meio de uma abordagem articulada entre passado, presente e futuro dessas comunidades. O reconhecimento da africanidade que, “apesar das modificações e rupturas, seguem estruturando as concepções de vida dos africanos e seus descendentes espalhados pelo mundo depois da Diáspora Negra” (OLIVEIRA, 2003), deverá também ser um importante eixo orientador da ação pedagógica e do currículo da Educação Escolar Quilombola. Indo além do que é afirmado pelo autor, podemos dizer que tais concepções presentes no processo das africanidades dizem respeito à diáspora africana. A educação será, portanto, fonte de fortalecimento da identidade, da cultura afro-brasileira e africana, ressignificada, recriada e reterritorializada pelas comunidades quilombolas.

## FONTES

### a) RELATOS ORAIS

Na elaboração deste trabalho foi de suma importância os relatos orais dos moradores do povoado de São Benedito, guardiões da memória deste lugar. Juntamente com os relatos do Presidente da Associação, diretora, alunos, professores e funcionários da escola Gracinda Peres. Essas fontes de relatos foram dialogadas com a bibliografia estudada e outras fontes documentais escritas (tais como, declaração de posse de terra, ata de assembléia de fundação da associação, atas de reuniões, estatuto da Comunidade Remanescente de Quilombo de São Benedito e um Projeto Político Pedagógico que encontra Arquivado) as imagéticas (foram feitas várias imagens fotográficas no decorrer da pesquisa ou adquiridas nos acervos familiares dos habitantes de São Benedito), em direção de constituir a história e as lutas de homens e mulheres quilombolas da Amazônia Tocantina. Nessa perspectiva, destacamos os nomes das seguintes pessoas entrevistadas, moradores, alunos, funcionários da escola Gracinda Peres e o Presidente da Associação, cujas falas auxiliaram as análises e escrita deste trabalho:

Mariana Fiel, moradora de São Benedito.

Zito Mauricio, morador de São Benedito.

Maria Antonia Mauricio, moradora de São Benedito.

Raymundo Garcia Cota, Morador de São Benedito.

Clara Cristina Costa Cruz, professora na Escola Gracinda Peres.

Haroldo Lobo, antigo presidente da associação.

Cecília Carvalho silva da Cruz, professora na escola Gracinda Peres.

Rudinéia Pinto Coelho, diretora da escola Gracinda Peres.

Ediolene Tereza Silva da Costa, Secretária da escola Gracinda Peres.

Bianca Rodrigues, aluna da escola Gracinda Peres.

Andreia Sousa, aluna da escola Gracinda Peres.

Ronaldo Rodrigues Pinto, presidente da associação.

Jose Beline de Sousa Mauricio, morador de São Benedito.

### b) FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS

- Declaração de Posse de Terra;
- Ata de Assembléia de Fundação da Associação
- Atas de Reuniões
- Estatuto da Comunidade Remanescente de Quilombo São Benedito.
- Projeto Político Pedagógico
- Arquivo Comunitário de São Benedito
- Perfil do quilombo de São Benedito
- Planilhas de moradores que residente na comunidade
- Arquivos da escola Gracinda Peres
- Certidão de auto-definição (Fundação Cultural Palmares)

c) FONTES DOCUMENTAIS IMAGÉTICAS

- Fotografias de acervos familiares de São Benedito.
- Fotografias que foram feitas durante as atividades de pesquisa de campo.
- Fotografia Marinha do Brasil.
- Fotografia do facebook de vila São Benedito.
- Fotografias da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombo de Vila São Benedito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **“Os Quilombos e as Novas Etnias”**. In **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

BARTH, Fredrik, 2000. “Os grupos étnicos e suas fronteiras” In: Lask, Tomke (org.). O guru iniciador outras variações antropológicas. Ed. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2000: PP. 25-67

BRASIL. Parecer CNE/MEC 14-16/2012. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Brasília: MEC. Disponível em <[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_quilombola.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf). Acesso em 06. Nov 2018.

BRASIL. Parecer CNE/MEC 31/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em 06. Nov 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BREITENBACH, Fabiana Vanessa. **A Educação do Campo no Brasil: Uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 121-Junho de 2011.

CAMPOS, Margarida Cássia. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. REVISTA NERA – ANO 20, Nº. 35 – janeiro/abril de 2017

COTA, Raymundo Garcia. **Perfil do Quilombo São Benedito**. Belém, UFPA, 2012.

DA SILVA, Delma, Josefa, Educação quilombola: um direito a ser efetivado. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire; Instituto Sumaúma, 2010.

GALLOIS, Dominique. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?** São Paulo: ISA, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

HAGE, Salomão Mufarrej: **Territorialidade e implicações para garantia de direitos das crianças e adolescentes paraenses**, GPERUAZ/ICED/UFPA, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOHNSON, Jacquelyn, “**O Atlântico negro**” de Paul Gilroy: um conceito incompleto. In VIEIRA, Vinícios Rodrigues; JOHNSON, Jacquelyn (editores), Retratos e espelhos: raça e etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos, São Paulo: FEA/USP, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LITTLE, Paul. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002.

MOURA, Ignácio Baptista. **De Belém a S. João do Araguaia – Vale do Tocantins**, Belém, FCTPN/SECULT, 1989.

OLIVEIRA, Eduardo David. **Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, 2003.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/IR/PR), Brasília, 2005.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açai, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Paka Tatu: Belém, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Os remanescentes de quilombolas na região do Tocantins (PA): história, cultura, educação e lutas por melhores condições de vida**. IN: Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO/MEC, 2006.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico**. Cametá: B. Celeste de M. Pinto. Editora, 2007.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes Pinto. **Samba de cacete: ecos de tambores africanos na Amazônia Tocantina**. IN: Tambores e batuques Sonora Brasil - Circuito 2013 – 2014. – Rio de Janeiro: Sesc. Departamento Nacional, 2013.

RATTS, Alecsandro J. Prudente. **A geografia entre aldeias e quilombos**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J. Prudente (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.

RATTS, Alecsandro J. Prudente. **As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos**. In: *Revista Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2004. Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ.

ROCHA, Helianane Oliveira. **Da Educação Rural a Educação do Campo: As “Velhas” Lutas Políticas Como Espaço de Emergência de Novos conceitos**. Sociologia & Política. Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR. 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, EDUSP, 2007.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: Identidade e História**. 1. Ed. –Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.